



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 11 | novembro 2017



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia

GPEARI

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais**
Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: novembro de 2017

Elaborado com informação disponível até ao dia 30 de novembro.

Editores:

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia

Rua da Prata, 8

1149-077 Lisboa

Telefone: +351 217 921 372

Fax: +351 217 921 398

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823397

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpearl.gov.pt>

ISSN: 1747-9072



(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

Índice

Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	27
Artigos	33
Em Análise	35
Comércio internacional de mercadorias de Portugal com Cabo Verde - 2012 a 2016 e 1.º semestre de 2017	35
Evolução das importações e exportações de mercadorias entre Portugal e a Catalunha - 2015-2016 e janeiro-agosto 2017	43
Iniciativas e Medidas Legislativas	47
Lista de Acrónimos	53

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * No terceiro trimestre de 2017, a produção industrial mundial acelerou ligeiramente para 3,8% em termos homólogos (3,7% no segundo trimestre) devido à melhoria das economias avançadas. Igualmente, o comércio mundial de mercadorias também melhorou, resultando quer do maior crescimento das importações, quer das exportações mundiais. Neste período, assistiu-se a um maior dinamismo das trocas comerciais dos países emergentes e em desenvolvimento, especialmente das exportações da Ásia.
- * O PIB da zona da OCDE aumentou para 2,6% em termos homólogos reais no 3.º trimestre de 2017 (2,4% no 2.º trimestre), influenciado por um crescimento mais forte da União Europeia e por uma melhoria gradual dos EUA e do Japão. No mesmo período, a taxa de inflação homóloga acelerou de forma ténue para 2,2% no conjunto dos países da OCDE (2,1% no 2.º trimestre); enquanto tornou-se mais fraca para a generalidade dos países emergentes.
- * Os indicadores disponíveis para o início do 4.º trimestre de 2017 para os EUA indicam um fortalecimento da produção industrial e um abrandamento das vendas a retalho. A taxa de desemprego desceu para 4,1% em outubro de 2017 (4,2% em setembro) e, a taxa de inflação homóloga desacelerou para 2,0% (2,2% em setembro).
- * No 3.º trimestre de 2017, o PIB da União Europeia (UE) e da área do euro (AE) aumentou para 2,5% em termos homólogos reais, em ambas as zonas, refletindo o crescimento mais elevado desde o início de 2011. Em outubro de 2017, o indicador de sentimento económico continuou a subir tanto para a UE como para a AE, alcançando os níveis mais elevados desde meados de 2007 e do início de 2011, designadamente. A taxa de desemprego desceu quer para a UE, quer para a AE, para se situar em 7,5% e 9%, respetivamente no 3.º trimestre de 2017 (as taxas mais baixas desde o início e meados de 2009, designadamente) e, em outubro de 2017, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego melhoraram para todos os setores. Em outubro de 2017, a taxa de inflação homóloga da área do euro diminuiu para 1,4% (1,5% em setembro) e manteve-se em 1,4% em termos de variação dos últimos 12 meses.
- * Em novembro de 2017 e, até ao dia 24, o preço *spot* do petróleo Brent aumentou de forma expressiva, para se situar, em média, em 62 USD/bbl (53€/bbl) refletindo a diminuição das reservas dos EUA e a expectativa do prolongamento do corte de produção entre a OPEP e a Rússia para o ano de 2018, a ser decidido em finais de novembro deste ano.
- * As taxas de juro de curto prazo mantiveram-se estáveis em novembro de 2017 para a área do euro (-0,33%, em média até ao dia 24); enquanto prosseguiram o seu movimento ascendente para os EUA, para 1,42% (1,36%, em média, em outubro). Adicionalmente, a 2 de novembro de 2017, o Banco de Inglaterra subiu em 25 p.b. a sua taxa de juro de referência para 0,50%.
- * Em novembro de 2017, o euro apreciou-se de forma significativa face ao dólar, tendo atingido 1,19, no dia 24 (o valor mais elevado desde finais de setembro último) devendo-se às perspetivas muito favoráveis da economia da área do euro e a alguma desilusão acerca das medidas prometidas da atual presidência dos EUA.
- * No período mais recente, os índices bolsistas dos EUA têm continuado a evoluir favoravelmente; enquanto os da área do euro apresentaram uma quebra, podendo ser causada por alguma indefinição política em torno de alguns países europeus provocando receios quanto às suas consequências económicas (processo de saída do Reino Unido da UE e caso da incerteza em torno da Catalunha).

Conjuntura Nacional

- * As estimativas rápidas das Contas Nacionais Trimestrais do INE para o 3.º trimestre de 2017 apontam para um crescimento homólogo real de 2,5% do PIB.
- * O Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho cresceu, em termos médios homólogos, 3,9% no 3.º trimestre, desacelerando face aos 4,9% do trimestre precedente.
- * No que toca ao indicadores de confiança, no trimestre acabado em outubro, verificamos que o índice de confiança dos consumidores continua a aumentar, embora menos do que no mês passado.
- * Comparando o trimestre terminado em outubro com o 3.º trimestre, assistiu-se a uma melhoria dos indicadores de confiança dos sectores da indústria e construção, acompanhadas por uma ligeira desaceleração no sector dos serviços, a par da estabilização no sector do comércio em valores relativamente altos, desde o início do ano.
- * O indicador de FBCF publicado pelo INE, para o 3.º trimestre do ano, apresentou uma variação homóloga de 9,5%, representando uma aceleração de 5,5 p.p. face ao mesmo período de 2016, tendo a componente de máquinas e equipamentos aumentado 6% apesar da sua desaceleração relativamente ao mesmo trimestre do ano passado (-8,7 p.p.).
- * Até setembro de 2017, o saldo acumulado da balança corrente, corrigido de sazonalidade, foi de 648 milhões de euros, o que representa uma redução de 290 milhões de euros em termos homólogos.
- * No 3.º trimestre de 2017 a taxa de desemprego fixou-se nos 8,5%, um valor 0,3 p.p. abaixo daquele, registado no 2.º trimestre deste ano. Para este resultado, contribuiu a subida homóloga do emprego (3% no 3.º trimestre).
- * A variação do IPC, em outubro, foi de 1,4%, enquanto o IPC subjacente cresceu menos uma décima (1,3%). Por seu turno, o IPPI aumentou 2,7%, o mesmo valor registado em setembro.
- * No final de outubro, a execução orçamental das Administrações Públicas traduziu-se, num saldo global negativo de 1.839 milhões de euros, valor que traduz uma melhoria de 2.664 milhões de euros em relação ao registado no mês homólogo do ano anterior¹. Na base desta evolução está um crescimento da receita efetiva (4,2%) conjugado com a estagnação, em termos práticos, da despesa efetiva². O saldo primário cifrou-se, por sua vez, num excedente de 5.762 milhões de euros.
- * Para este resultado da execução orçamental das Administrações Públicas foi determinante o subsector da Administração Central, com um saldo global negativo de 4.164 milhões de euros. A Administração Regional apurou, também, um défice de 88 milhões de euros, enquanto os restantes subsectores revelaram saldos globais positivos: a Segurança Social com 1.891 milhões de euros e a Administração Local com 523 milhões de euros.
- * A dívida bruta do sector das Administrações Públicas (critério de Maastricht) registou em setembro uma redução de 1.247 milhões de euros face ao mês anterior (0,5%), fixando-se em 249.141 milhões de euros.
- * A dívida direta do Estado registou igualmente uma redução de 3.663 milhões de euros (1,5%) assumindo, no final de outubro, o montante de 241.611 milhões de euros.
- * Os leilões de Bilhetes do Tesouro e de Obrigações do Tesouro realizados em novembro confirmam a tendência de redução das taxas de juro de colocação de títulos de dívida pública de curto prazo observada nas emissões anteriores.

¹ Exceto se for referido o contrário, os valores indicados foram apurados numa base de caixa.

² Exceto se for referido o contrário, as variações em percentagem referem-se ao período homólogo do ano anterior.

Comércio Internacional

- * Os **resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional** recentemente divulgados³ apontam para um crescimento homólogo das exportações de mercadorias de 10,7% nos primeiros nove meses de 2017. Neste mesmo período, as importações aumentaram 13,3%, o que levou a um agravamento do défice da balança comercial (fob-cif) de 24,9%, correspondendo a 1.993 milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações foi de 80,4%, menos 1,8 p.p. que em igual período de 2016.
- * Nos primeiros nove meses de 2017, o crescimento homólogo das exportações de mercadorias, excluindo os produtos energéticos (9%), foi inferior ao crescimento das exportações totais. As importações registaram um crescimento (10,8%) superior ao das exportações, o que levou a um agravamento do saldo negativo da respetiva balança comercial em 21,9%.
- * No último ano a terminar em setembro de 2017, as exportações de mercadorias cresceram 9,3% em termos homólogos, com todos os grupos de produtos a contribuírem positivamente para este comportamento. Destaca-se o contributo dos “Energéticos” (+2,1 p.p.), das “Máquinas e aparelhos e suas partes” (+1,8 p.p.), dos “Minérios e metais” (+1,2 p.p.) e dos “Químicos” (+1 p.p.). Nos primeiros nove meses de 2017, de registar o contributo positivo dos “Energéticos” (+2,3 p.p.), seguido das “Máquinas e aparelhos e suas partes” (+1,8 p.p.) e “Minérios e metais” (+1,4 p.p.).
- * De janeiro a setembro de 2017, as exportações para o mercado comunitário cresceram 7,7%, em termos homólogos, tendo registado um contributo de 5,9 p.p. para o crescimento das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE-15 cresceram 7,6% e para os países do Alargamento 9,8%, com contributos de +5,5 p.p. e +0,4 p.p., respetivamente. As exportações para Espanha, o principal mercado de destino das exportações portuguesas de mercadorias (25,3% do total de janeiro a setembro de 2017), registaram o maior contributo Intra UE-15 (+1,8 p.p.) para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para a França e a Alemanha (0,8 p.p. e 0,7 p.p., respetivamente).
- * Nos primeiros nove meses de 2017, as exportações para os Países Terceiros cresceram 20,3%, passando a representar 25,9 % do total das exportações nacionais (+2,1 p.p. face ao período homólogo). Destaca-se o comportamento positivo das exportações para o Brasil (54%), a Angola (37,2%) e a China (27,9%).
- * De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de setembro de 2017, as Exportações de Bens e Serviços registaram, nos primeiros nove meses de 2017, um crescimento de 11,5%, em termos homólogos. A componente de Serviços registou um crescimento superior face à dos Bens (13,4% e 10,5%, respetivamente), com a componente de Bens a registar maior contributo (+6,8 p.p.) para o crescimento do total das exportações

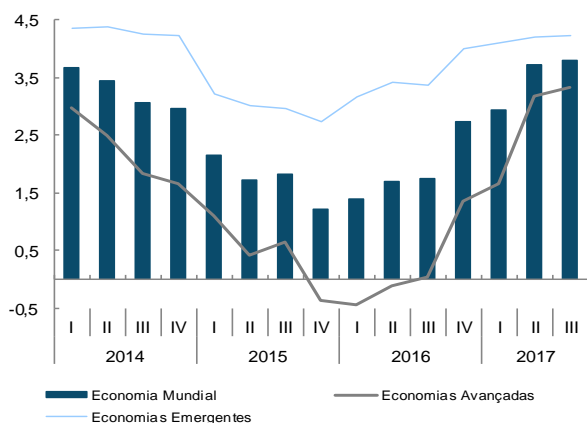
³ Resultados mensais preliminares de janeiro a setembro de 2017.

1. Enquadramento Internacional

Atividade Económica Mundial

No 3.º trimestre de 2017, a produção industrial mundial acelerou ligeiramente para 3,8% em termos homólogos (3,7% no 2.º trimestre) devido à melhoria das economias avançadas; já que a dos países emergentes estabilizou.

Figura 1.1. Produção Industrial
(VH, em %)



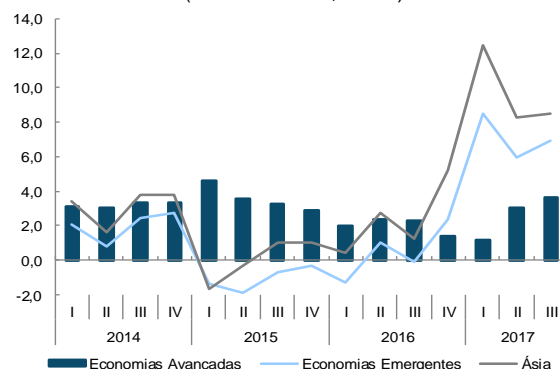
Fonte: CPB.

O comércio mundial de mercadorias também melhorou, resultando quer do maior crescimento das importações, quer das exportações mundiais.

De facto, no 3.º trimestre de 2017 e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial aumentou para 5,1% (4,3% no 2.º trimestre);
- as importações e exportações mundiais reforçaram o seu crescimento, para 5% e 5,1%, respetivamente (4,2% e 4,3% respetivamente, no segundo trimestre de 2017).

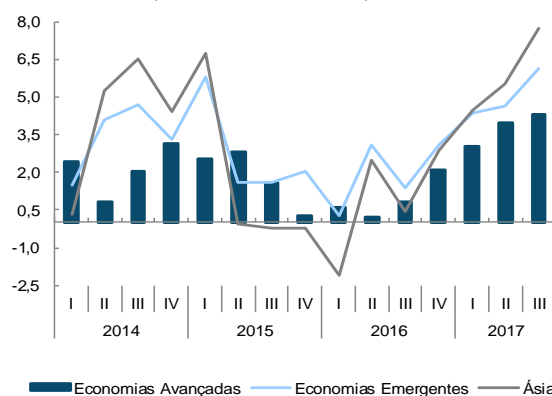
Figura 1.2. Importações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

Os dados para o 3.º trimestre de 2017 indicam um maior dinamismo das trocas comerciais dos países emergentes e em desenvolvimento, especialmente em termos de exportações da Ásia. Relativamente às economias avançadas, a melhoria do seu comércio externo foi menos expressiva.

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

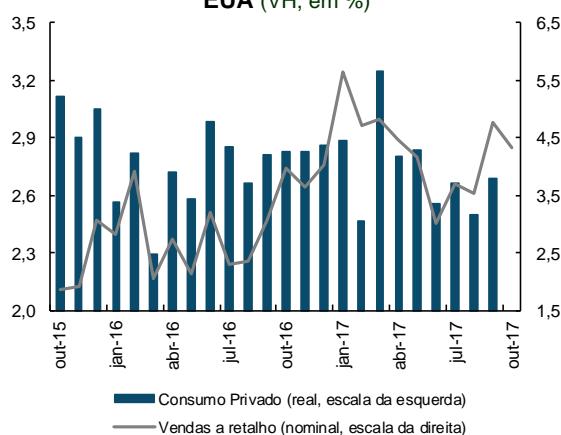
Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016		2017			2017			
				3T	4T	1T	2T	3T	jun	jul	ago	set
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	1,9	1,8	2,7	2,9	3,7	3,8	3,8	3,8	3,8	3,9
Economias Avançadas	VH	CPB	0,2	0,0	1,4	1,6	3,2	3,3	3,3	3,4	3,3	3,3
Economias Emergentes	VH	CPB	3,5	3,4	4,0	4,1	4,2	4,2	4,3	4,1	4,2	4,4
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	1,4	1,2	2,2	3,9	4,3	5,1	4,2	5,5	4,5	5,1
Importações Mundiais	VH	CPB	1,4	1,3	1,8	4,1	4,2	5,0	3,5	5,8	4,6	4,5
Economias Avançadas	VH	CPB	2,0	2,3	1,4	1,2	3,0	3,6	2,0	4,1	3,7	3,0
Economias Emergentes	VH	CPB	0,5	-0,1	2,4	8,5	6,0	7,0	5,7	8,2	6,0	6,8
Exportações Mundiais	VH	CPB	1,4	1,1	2,6	3,6	4,3	5,1	4,8	5,3	4,4	5,7
Economias Avançadas	VH	CPB	0,9	0,8	2,1	3,0	4,0	4,3	4,6	4,7	3,9	4,3
Economias Emergentes	VH	CPB	2,0	1,4	3,1	4,4	4,6	6,1	5,2	6,1	5,0	7,3

Atividade Económica Extra-UE

No 3.º trimestre de 2017, o PIB da **OCDE** aumentou para 2,6% em termos homólogos reais (2,4% no 2.º trimestre), influenciado por um crescimento mais forte da União Europeia e por uma melhoria gradual tanto dos EUA como do Japão. A taxa de inflação homóloga acelerou ligeiramente para 2,2% no conjunto dos países da OCDE (2,1% no 2.º trimestre); enquanto tornou-se mais fraca para a generalidade dos países emergentes.

Figura 1.4. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)

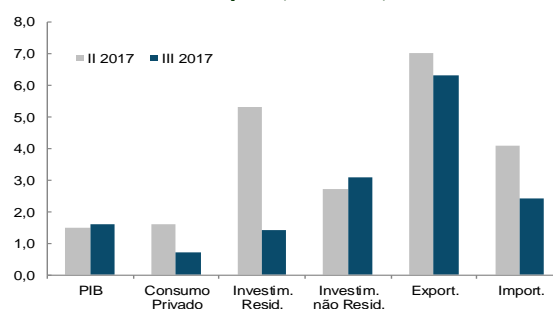


Fontes: Bureau of Economic Analysis; Census Bureau.

Os indicadores disponíveis para o início do 4.º trimestre de 2017 indicam a continuação de um crescimento económico moderado dos **EUA**; a par de um fortalecimento da atividade industrial e de uma evolução favorável do mercado de trabalho. Assim, em outubro de 2017 e, em termos homólogos nominais:

- a produção industrial aumentou para 2,8% (2,1% em setembro);
- as vendas a retalho abrandaram para 4,3% (4,8% no mês precedente) embora o consumo privado tenha mantido um forte crescimento no 3.º trimestre (2,6%);
- a taxa de desemprego diminuiu para 4,1% e a taxa de inflação homóloga abrandou para 2% (2,2% em setembro de 2017).

Figura 1.5. PIB e componentes da Despesa em volume no Japão (VH, em %)

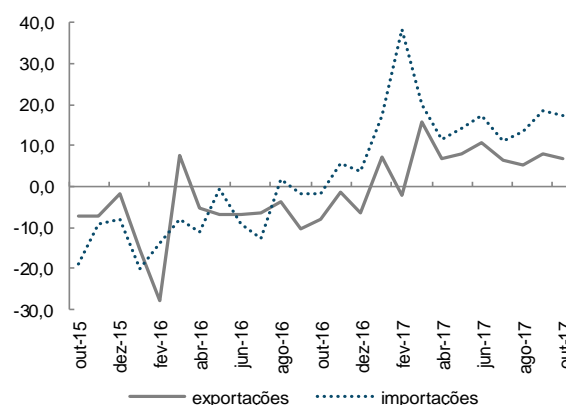


Fontes: Instituto de estatística do Japão.

No 3.º trimestre de 2017, o PIB do **Japão** aumentou para 1,6% em termos homólogos reais (1,5%, no 2.º trimestre) devido à melhoria do investimento privado do segmento não residencial; já que as restantes componentes recuaram.

No início do 4.º trimestre de 2017, os indicadores disponíveis para a **China** indicam um abrandamento da atividade económica e das trocas comerciais. Com efeito, em outubro de 2017 e, em termos homólogos nominais, as exportações e importações de bens desaceleraram para 6,9% e 17,2%, respetivamente (8,1% e 18,6%, designadamente, em setembro).

Figura 1.6. Comércio Externo de Bens da China (VH nominal, em %)



Fonte: OMC.

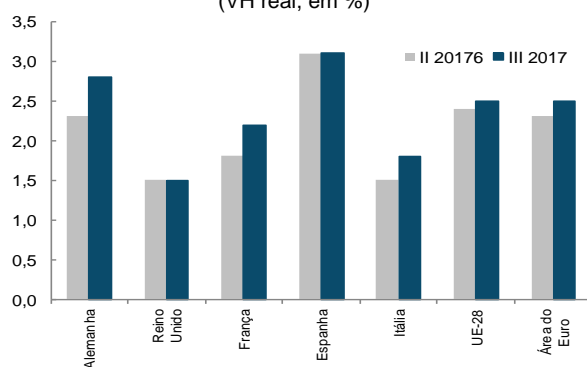
Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016		2017			2017			
				3T	4T	1T	2T	3T	jul	ago	set	out
EUA – PIB real	VH	BEA	1,5	1,5	1,8	2,0	2,2	2,3	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	-1,2	-1,2	-0,1	0,6	2,1	1,9	1,9	1,5	2,1	2,8
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	51,5	51,2	53,2	57,0	55,8	58,6	56,3	58,8	60,8	58,7
Índice ISM dos Serviços	%	"	58,1	57,1	60,1	60,9	61,3	58,2	55,9	57,5	61,3	62,2
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	91,8	90,3	93,1	97,2	96,4	95,1	93,4	96,8	95,1	100,7
Taxa de Desemprego	%	BLS	4,9	4,9	4,7	4,7	4,4	4,3	4,3	4,4	4,2	4,1
China – PIB real	VH	NBSC	6,7	6,7	6,8	6,9	6,9	6,8	-	-	-	-
Exportações	VH	OMC	-7,7	-6,9	-5,3	6,9	8,5	6,6	6,5	5,1	8,1	6,9
Japão – PIB real	VH	COGJ	1,0	1,0	1,7	1,4	1,5	1,6	-	-	-	-

Atividade Económica da UE

No 3.º trimestre de 2017, o PIB da União Europeia (UE) e da área do euro (AE) aumentou para 2,5% em termos homólogos reais, em ambas as zonas (2,4% e 2,3%, designadamente, no 2.º trimestre), com destaque para uma melhoria da generalidade das economias. E, ainda, de acordo com o indicador previsional do Banco de Itália, de outubro de 2017, o PIB trimestral em cadeia da área do euro aumentou pelo 5.º mês consecutivo (+0,6%, no 3.º trimestre de 2017).

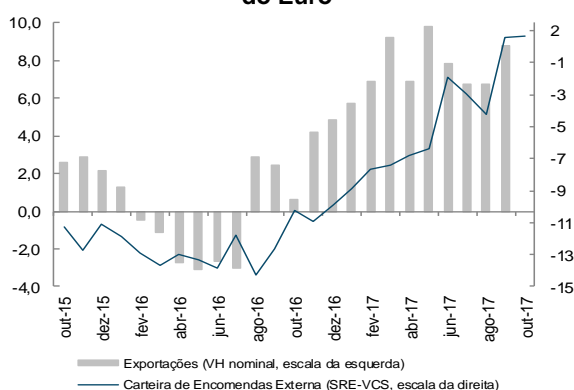
Figura 1.7. PIB da União Europeia
(VH real, em %)



Fonte: Eurostat.

Os indicadores quantitativos para a área do euro, no 3.º trimestre de 2017, indicam um reforço significativo da produção industrial, uma estabilização das vendas a retalho e um abrandamento das exportações de bens, embora estas tenham registado um forte crescimento em termos homólogos nominais (7,4%, comparado com 8,2%, no 2.º trimestre).

Figura 1.8. Exportações e Encomendas externas da Área do Euro



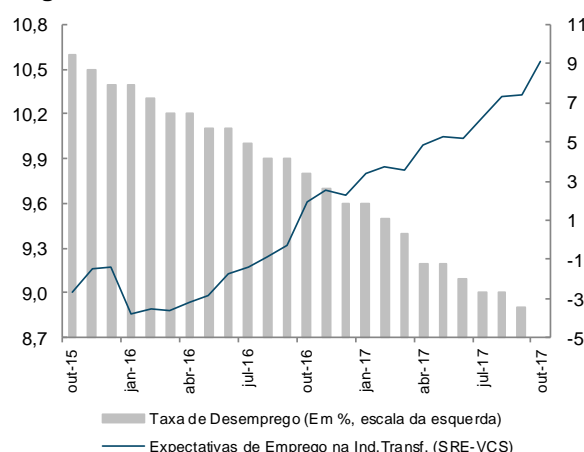
Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em outubro de 2017, o indicador de sentimento económico continuou a subir tanto para a UE como para a AE, alcançando os níveis mais elevados desde meados de 2007 e do início de 2001, respetivamente.

No 3.º trimestre de 2017, a taxa de desemprego desceu para 7,5% e 9% na UE e na AE, respetivamente (as taxas mais baixas desde o início e meados de 2009, designadamente).

Em outubro de 2017, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego melhoraram para todos os sectores (indústria transformadora, serviços, comércio a retalho e construção).

Figura 1.9. Mercado de Trabalho da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em outubro de 2017, a taxa de inflação homóloga da área do euro diminuiu para 1,4% (1,5% em setembro); enquanto estabilizou em 1,4% em termos de variação dos últimos 12 meses. Também, a taxa de inflação homóloga subjacente desacelerou para 1,1% (1,3% em setembro).

A diminuição da taxa de inflação homóloga deveu-se à desceda da generalidade dos preços de bens e serviços, com exceção dos produtos alimentares não transformados.

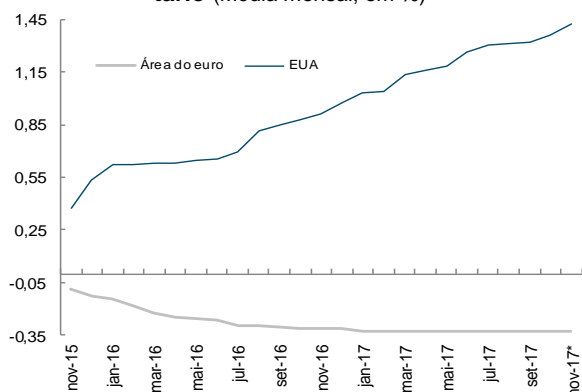
Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016		2017			2017			
				3T	4T	1T	2T	3T	jul	ago	set	out
União Europeia (UE-28) – PIB real	VH	Eurostat	1,9	1,9	2,0	2,1	2,4	2,5	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	105,8	104,6	107,7	108,9	110,6	112,4	112,2	111,9	113,1	114,2
Área do Euro (AE-19) – PIB real	VH	Eurostat	1,8	1,7	1,9	2,0	2,3	2,5	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	104,8	104,2	106,9	108,0	110,0	112,1	111,3	111,9	113,1	114,0
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	1,5	1,2	2,1	1,4	2,7	3,5	3,8	3,6	3,2	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	1,5	1,1	2,4	2,2	2,9	2,9	2,6	2,4	3,6	:
Taxa de Desemprego	%	"	10,0	9,9	9,7	9,5	9,2	9,0	9,0	9,0	8,9	:
IHPC	VH	"	0,2	0,3	0,7	1,8	1,5	1,4	1,3	1,5	1,5	1,4

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Em novembro de 2017 e, até ao dia 24, as taxas de juro de curto prazo mantiveram-se estáveis para a área do euro, situando-se, em média, em -0,33%; enquanto prosseguiram o seu movimento ascendente para os EUA, para 1,42% (1,36%, em média, em outubro).

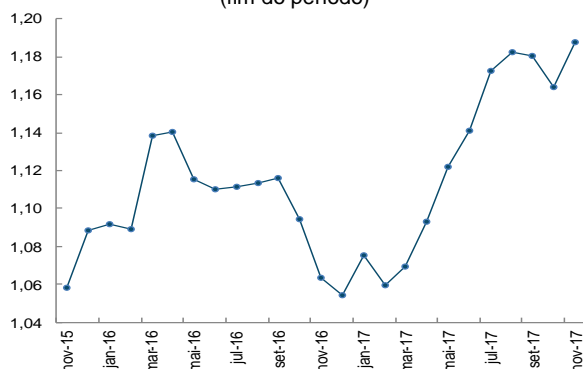
Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do mercado monetário (Média mensal, em %)



Fonte: BCE; IGCP. * Média até ao dia 24.

Em outubro de 2017, as taxas de juro de longo prazo subiram tanto para os EUA como para a área do euro, embora de forma mais acentuada para o primeiro caso. Nos mercados periféricos da área do euro, continuou a verificar-se o estreitamento dos prémios de risco face à dívida alemã, refletindo, no caso português, a melhoria do cenário macroeconómico e a consolidação orçamental.

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)

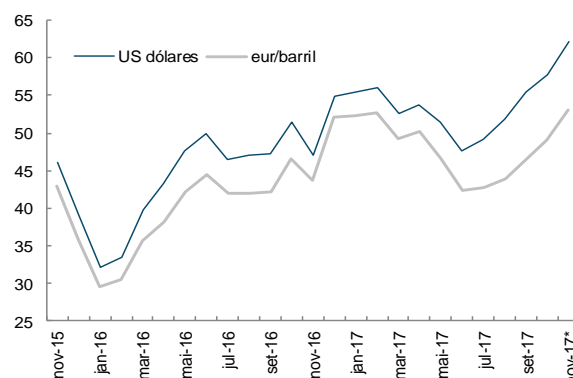


Fonte: Banco de Portugal. Para novembro, o valor é do dia 24.

Em novembro de 2017, o euro apreciou-se de forma expressiva face ao dólar, tendo atingido 1,19 no dia 24 (o valor mais elevado desde finais de setembro) devendo-se às perspetivas muito favoráveis da economia da área do euro e a alguma desilusão acerca das medidas prometidas da atual presidência dos EUA.

Em outubro de 2017, o índice de preços relativo ao preço do petróleo importado subiu para 44,1 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979).

Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média até ao dia 24.

Em novembro de 2017 e, até ao dia 24, o preço do petróleo Brent aumentou de forma expressiva, para se situar, em média, em 62 USD/bbl (53€/bbl), refletindo a diminuição das reservas dos EUA e a expectativa do prolongamento do corte de produção entre a OPEP e a Rússia para o ano de 2018.

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016		2017			2017			
				3T	4T	1T	2T	3T	jul	ago	set	out
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	-0,32	-0,30	-0,32	-0,33	-0,33	-0,33	-0,33	-0,33	-0,33	-0,33
Yield OT 10 anos – EUA **	%	Eurostat	1,84	1,56	2,13	2,44	2,26	2,24	2,31	2,21	2,20	2,36
Yield OT 10 anos – Área do euro **	%	"	0,93	0,66	1,10	1,41	1,17	1,12	1,21	1,04	1,12	1,15
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,054	1,116	1,054	1,069	1,141	1,181	1,173	1,183	1,181	1,164
Dow Jones*	VC	Yahoo	13,4	2,1	7,9	4,6	3,3	4,9	2,5	0,3	2,1	4,3
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	0,7	4,8	9,6	6,4	-1,7	4,4	0,2	-0,8	5,1	2,2
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl **	USD/bbl	DGEG	45,06	46,97	51,16	54,69	50,92	52,19	49,15	51,89	55,52	57,65
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl **	VH	"	-16,0	-8,3	14,3	55,7	8,44	11,1	5,8	10,1	17,4	12,2
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl **	VH	DGEG e BP	-15,8	-8,7	16,1	60,9	11,4	5,6	1,7	4,6	10,5	5,2
Preço Relativo do Petróleo em euros ***	1979=100	GEE	34,3	36,4	40,7	45,0	40,7	38,8	35,9	39,3	41,1	44,1

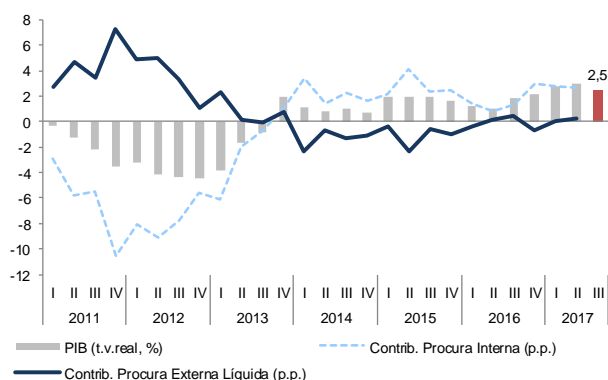
* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflator do PIB em Portugal.

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

As estimativas rápidas das Contas Nacionais Trimestrais do INE para o 3.º trimestre de 2017 apontam para um crescimento homólogo real de 2,5% do PIB, desacelerando 0,5 p.p. face ao trimestre precedente. Esta variação resultou essencialmente de um abrandamento do Investimento, não obstante o aumento do contributo da procura interna. No entanto, contrariamente ao observado no trimestre precedente, a procura externa líquida teve um contributo negativo, refletindo uma desaceleração em volume das exportações e uma aceleração das importações de bens e serviços.

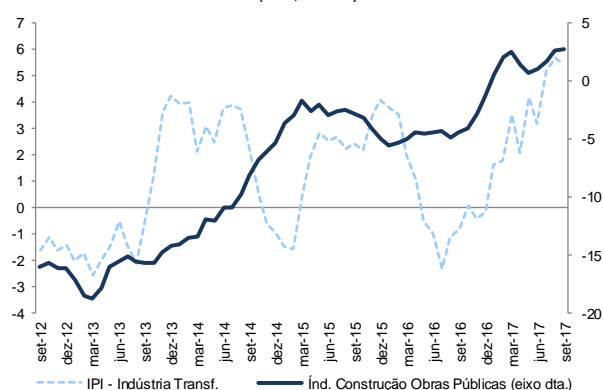
Figura 2.1. Produto Interno Bruto
(VH, %)



Fonte: INE.

Os dados do INE revelam que, no 3.º trimestre, o Indicador de Atividade Económica estabilizou, face ao trimestre anterior, em valores máximos (3,1) desde o 1.º trimestre de 2002.

Figura 2.2. Índices de Produção
(VH, MM3)



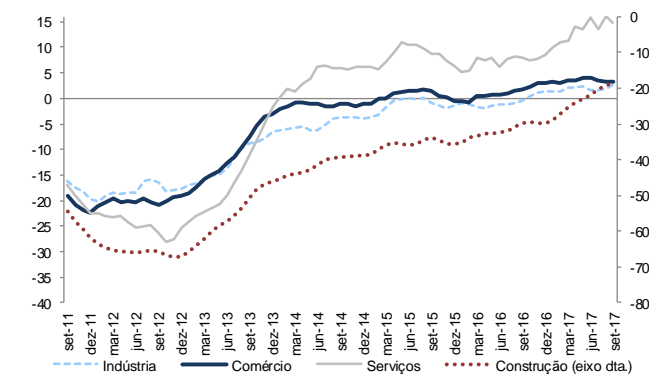
Fonte: INE

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao 3.º trimestre, mostram que, em termos homólogos:

- na indústria transformadora, o índice de produção registou um dos maiores aumentos da década (5,4%) e o índice de volume de negócios um acréscimo de 8,3% (3,2% e 5,2% no 2.º trimestre de 2017, respetivamente);
- o índice de produção na construção e obras públicas continuou a tendência de crescimento iniciada em janeiro deste ano, registando um aumento de 2,3%, acelerando 1,4 p.p. face ao 2.º trimestre;
- o índice de volume de negócios nos serviços apresentou um crescimento significativo face ao período homólogo (6,1%), acelerando 0,3 p.p. face ao trimestre terminado no mês anterior;
- o índice de volume de negócios no comércio a retalho registou um aumento de 3,9%, acelerando 0,7 p.p. face ao observado no 3.º trimestre do ano passado.

Comparando o trimestre terminado em outubro com o 3.º trimestre, assistiu-se a uma melhoria dos indicadores de confiança dos sectores da indústria e construção, acompanhadas por uma ligeira desaceleração no sector dos serviços, a par da estabilização no sector do comércio em valores relativamente altos, desde o início do ano.

Figura 2.3. Indicadores de Confiança
(SRE, MM3)



Fonte: INE

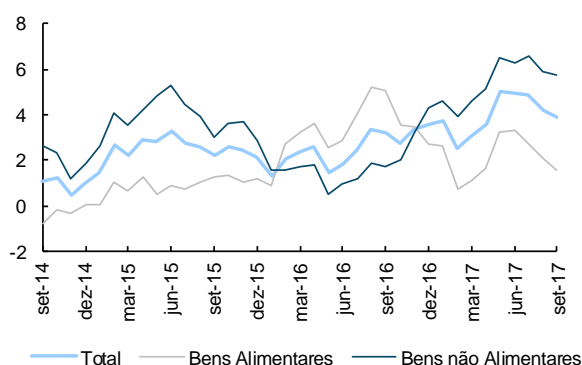
Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016		2017			2017				
				3T	4T	1T	2T	3T	jun	jul	ago	set	out
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	14	18	2.2	2.8	3.0	2.5	:	:	:	:	:
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	12	14	12	16	2.1	2.1	2.1	2.2	2.1	2.1	2.1
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	-0.6	-10	10	14	2.4	18	2.4	15	0.9	3.0	4.3
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	1.1	15	2.9	3.1	3.9	3.2	3.9	4.4	2.3	3.0	4.2
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	7.3	8.1	7.7	10.9	13.5	16.0	10.2	17.4	13.1	17.6	13.6
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-318	-30.9	-29.7	-27.4	-23.0	-19.2	-22.0	-20.5	-19.2	-18.0	-18.4
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	2.7	-0.9	-0.2	3.5	3.2	5.4	3.1	5.1	8.7	2.4	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	14	0.8	7.1	9.2	5.2	8.3	4.8	6.7	9.7	8.4	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	-2.3	1.1	7.1	5.1	6.9	6.1	5.4	6.1	5.7	6.4	:

Consumo Privado

No 3.º trimestre de 2017, o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho (IVNCR) registou um aumento de 3,9% face a igual período de 2016, e que compara com 4,9% no 2.º trimestre. A componente não alimentar foi a mais dinâmica, crescendo 5,8%, enquanto a componente alimentar cresceu 1,6% (6,3% e 3,3% respetivamente, no segundo trimestre).

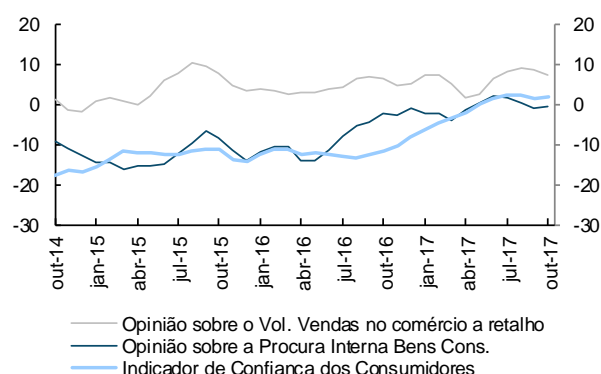
Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho
(MM3, VH)



Fonte: INE.

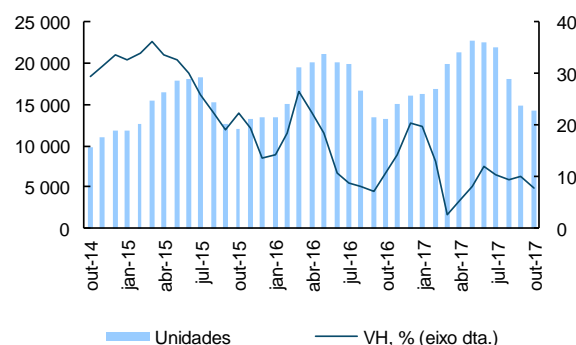
O indicador qualitativo que avalia a opinião sobre as vendas do comércio a retalho piorou no trimestre terminado em outubro. Já outros indicadores qualitativos, como indicador da procura interna de bens de consumo e o de confiança dos consumidores melhoraram no mesmo período.

Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores
(SRE-VE, MM3)



As vendas de automóveis ligeiros de passageiros aumentaram, em outubro, e em termos homólogos, 6,5%, para os 15.898 veículos, mais 1 038 do que em setembro.

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros
(MM3)



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016		2017			2017				
				3T	4T	1T	2T	3T	jun	jul	ago	set	out
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	2,1	2,0	2,9	2,3	1,9	:	-	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SER-VE	"	-11,1	-12,4	-8,2	-3,4	1,7	1,5	3,1	2,8	1,1	0,7	4,4
Confiança Comércio Retalho: Vendas últimos 3 meses	SER-VE	"	4,6	6,8	5,1	5,4	6,4	8,9	9,0	9,6	9,5	7,8	5,5
Índice de Vol. De Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	2,7	3,2	3,6	3,0	4,9	3,9	4,9	4,1	3,5	4,1	:
Bens Alimentares	VH	"	3,5	5,1	2,7	1,1	3,3	1,6	3,8	1,2	1,4	2,2	:
Bens não alimentares	VH	"	2,1	1,7	4,3	4,6	6,3	5,8	5,9	6,5	5,2	5,6	:
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	16,1	7,2	20,3	2,5	11,8	10,1	6,3	12,4	11,5	6,4	6,5
Importação de Bens de Consumo***	VH	INE	5,4	6,5	6,1	8,3	8,1	3,7	5,5	5,0	3,6	2,5	:

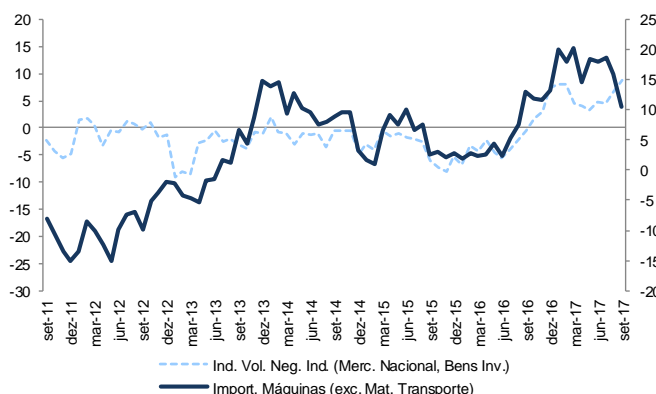
* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; de acordo com a nova base 2015=100; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300 Kg; *** Exclui material de transporte.

Investimento

Os dados para o trimestre terminado em outubro mostram que:

- as vendas de veículos comerciais ligeiros registaram um crescimento homólogo de 11,7% (6,6% no 3.º trimestre de 2017), acompanhado pela variação de 11,8% na venda de veículos comerciais pesados (uma desaceleração de 28,6 p.p. face ao trimestre terminado em setembro);
- as vendas de cimento registaram uma variação homóloga de 13% (o que compara com 11,7% no 3.º trimestre);
- as opiniões dos empresários sobre o volume de vendas de bens de investimento no comércio por grosso evoluiu negativamente, quando comparado com o 3º trimestre. No entanto continua a registar valores positivos, observados desde o início do ano.

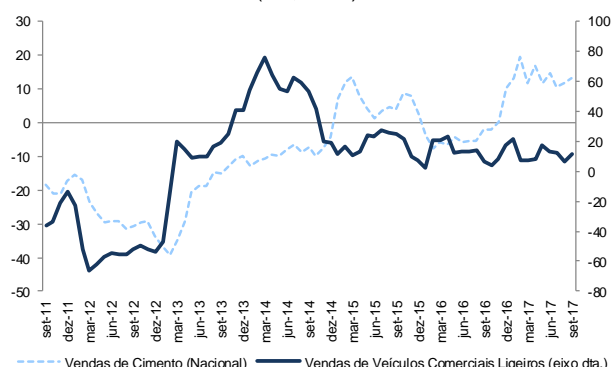
Figura 2.7. Bens de Equipamento
(VH, MM3)



Fonte: INE.

O indicador de FBCF publicado pelo INE, para o 3º trimestre, apresentou uma variação homóloga de 9,5%, representando uma aceleração de 5,5 p.p. face ao mesmo período de 2016, tendo a componente de máquinas e equipamentos aumentado 6% apesar da sua desaceleração relativamente ao mesmo trimestre do ano passado (-8,7 p.p.).

Figura 2.8. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)

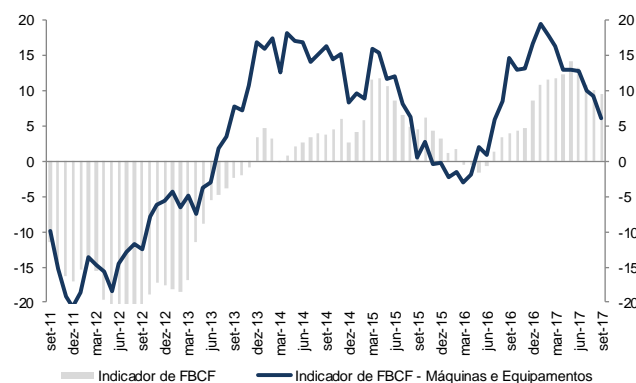


Fontes: ACAP, Secil, Cimpor.

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao 3.º trimestre de 2017, mostram que, em termos médios homólogos:

- o índice de volume de negócios da indústria de bens de investimento para o mercado nacional registou um acréscimo de 6,6% (3,3% no 2º trimestre do ano);
- a importação de máquinas e outros de bens de capital exceto material de transporte cresceu 10,4% (uma diminuição de 7,6 p.p. face ao trimestre anterior);
- as licenças de construção de fogos cresceram 18,9%, fixando-se 7,4 p.p. acima do registado no 2.º trimestre de 2017.

Figura 2.9. Indicador de FBCF e Componentes
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

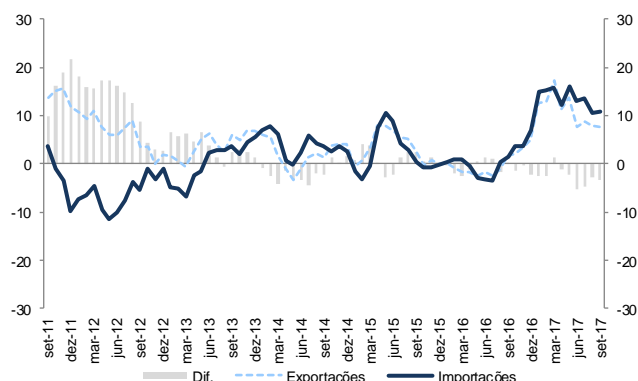
Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016		2017			2017				
				3T	4T	1T	2T	3T	jun	jul	ago	set	out
FBC – CN Trimestrais	VH Real	INE	0.9	0.1	6.3	7.9	9.3	:	:	:	:	:	:
da qual, FBCF	VH Real	"	16	17	6.1	9.9	10.3	:	:	:	:	:	:
Indicador de FBCF	VH/mm3	"	2.8	4.0	8.7	11.7	13.2	9.5	13.2	10.8	10.1	9.5	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-4.4	-5.6	0.2	19.2	11.5	11.7	6.9	13.5	11.1	10.3	17.5
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	13.1	13.5	8.0	7.5	17.3	6.6	16.4	7.3	12.7	16	22.5
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	20.6	5.2	18.8	-2.3	5.3	40.5	5.5	56.4	89.6	7.2	-13.4
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-7.1	-15	-6.6	7.0	11.4	9.7	23.0	23.2	3.8	2.1	0.0
Licenças de Construção de fogos	VH	"	38.2	38.5	30.4	51.0	11.5	18.9	11.2	29.4	8.9	18.8	:
Importações de Bens de Capital**	VH	"	7.9	13.0	13.2	20.1	18.0	10.4	22.8	12.0	12.8	6.8	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	-18	-2.2	3.0	7.9	3.3	6.6	2.2	4.2	7.1	8.7	:

*no Comércio por Grosso; ** exceto Material de Transporte; *** para o Mercado Nacional.

Contas Externas

Em termos homólogos nominais, os dados relativos ao comércio internacional de bens, divulgados pelo INE para o 3.º trimestre, apontam para um acréscimo das exportações e das importações, sendo este mais acentuado no caso das importações (10,9% e 7,6%, respetivamente).

Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)

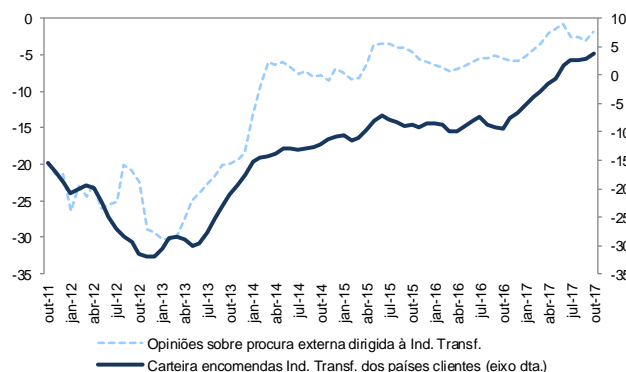


Fonte: INE.

Também neste trimestre, e em termos homólogos nominais:

- a componente extracomunitária das importações registou um aumento de 16%, um valor 11,4 p.p. inferior ao registado no 2.º trimestre. Já as importações para o mercado intracomunitário aumentaram 9,4% (acelerando 0,4 p.p. face ao trimestre precedente);
- nas exportações de bens, o mercado intracomunitário apresentou um aumento de 5,3%, enquanto que o mercado extracomunitário expandiu 14,4% em termos homólogos (+0,2 p.p. e -1,4 p.p. relativamente ao 2.º trimestre, respetivamente). Assim, a taxa de cobertura do comércio internacional situa-se em 78,9%, neste trimestre, acelerando 0,3 p.p. comparativamente ao 2.º trimestre de 2017;
- por seu lado, no trimestre terminado em outubro, as opiniões sobre a procura externa na indústria melhoraram significativamente, retomando a tendência positiva observada ao longo de todo o 1.º semestre de 2017.

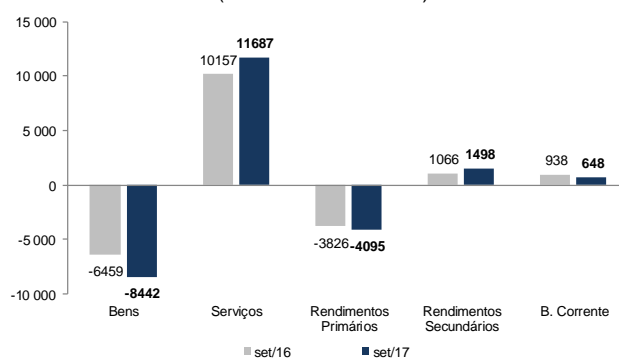
Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Até setembro de 2017, o saldo acumulado da balança corrente, corrigido de sazonalidade, foi de 648 milhões de euros, o que representa uma redução de 290 milhões de euros em termos homólogos. Apesar da elevação de 1 531 milhões de euros na balança de serviços e 433 milhões em rendimentos secundários, este resultado espelha, essencialmente, a deterioração de 1 983 e 270 milhões de euros na balança de bens e rendimentos primários, respetivamente.

Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: BdP. Séries ajustadas de sazonalidade.

No mesmo período, a balança corrente e de capital apresentou uma capacidade de financiamento de 1 865 milhões de euros (uma diminuição de 357 milhões de euros face ao mesmo período acumulado de 2016).

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016		2017			2017				
				3T	4T	1T	2T	3T	mai	jun	jul	ago	set
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	4.1	4.9	6.0	9.7	8.1	:	:	:	:	:	:
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	4.1	3.7	7.3	9.1	7.0	:	:	:	:	:	:
Saldo de Bens e Serviços*	% PIB	"	0.9	0.9	1.1	0.9	0.8	0.8	:	:	:	:	:
Capacidade de financiamento da economia*	% PIB	"	10	0.8	10	10	10	10	:	:	:	:	:
Saídas de Bens	VH nom	"	0.8	1.7	4.9	17.3	7.7	7.6	16.2	6.5	4.4	13.9	5.8
Entradas de Bens	VH nom	"	15	16	7.0	15.9	13.0	10.9	21.4	7.1	12.9	12.1	8.1

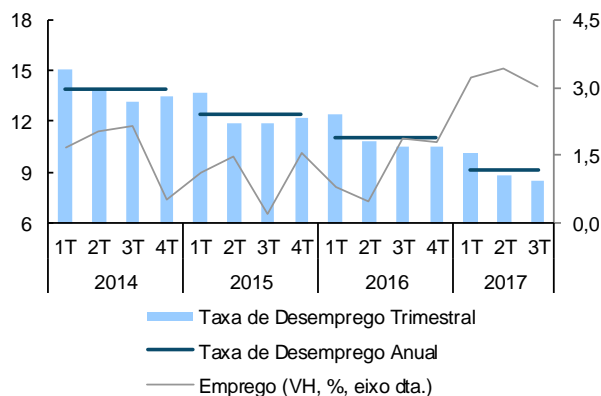
* Dados trimestrais referem-se ao ano terminado no respetivo trimestre.

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016		2017			2016	2017	Dif.
				3T	4T	1T	2T	3T	jan-set	jan-set	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BdP	3 185	2579	963	64	-749	2550	2223	1865	-357
Saldo Balança de Bens	"	"	-9 256	-2322	-2797	-2385	-2989	-3068	-6459	-8442	-1983
Saldo Balança de Serviços	"	"	13 290	4894	3133	2271	3816	5600	10157	11687	1531
Saldo Balança de Rendimentos Primários	"	"	-4 260	-1002	-435	-748	-2286	-1061	-3826	-4095	-270
Saldo Balança de Rendimentos Secundários	"	"	1547	356	481	521	380	598	1066	1498	433

Mercado de Trabalho

De acordo com o inquérito trimestral realizado pelo INE, a taxa de desemprego, do 3.º trimestre de 2017, foi de 8,5%, o que representa uma descida de 0,3 p.p. face à taxa registada no 2.º trimestre, e de 2,1 p.p. face ao mesmo período de 2016. A este comportamento está associado um crescimento homólogo do Emprego de 3% (3,4% no 2.º trimestre). Nos nove primeiros meses de 2017, a taxa de desemprego foi de 9,1%.

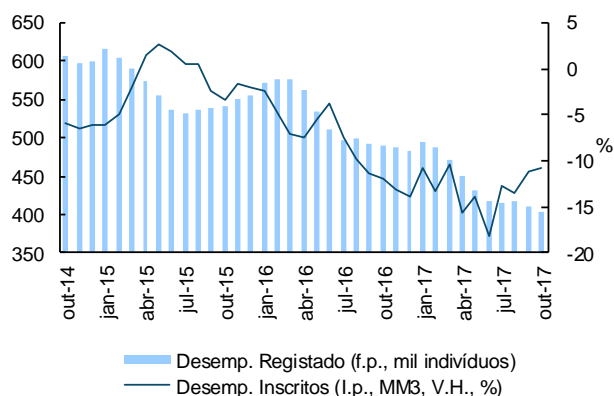
Figura 2.13. Taxa de Desemprego



Fonte: INE.

No final de outubro, estavam registados nos centros de emprego cerca de 404 mil desempregados. Este valor traduz uma redução de 17,5% face a igual mês do ano anterior e de 1,5% face ao mês de setembro (menos 6.255 pessoas). Já o desemprego inscrito ao longo do mês de outubro ascendeu a 53.715 pedidos, menos 7,8% do que em outubro de 2016.

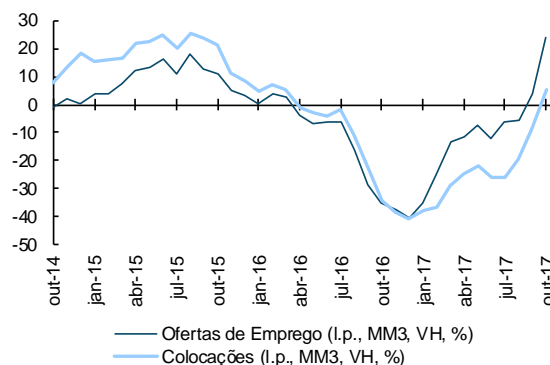
Figura 2.14. Desemprego



Fonte: IEFP.

As ofertas e colocações apresentaram um desenvolvimento positivo nos últimos 3 meses, 24,2% e 5,5% no trimestre acabado em outubro. Desta evolução resulta um rácio entre colocações e ofertas de 61%.

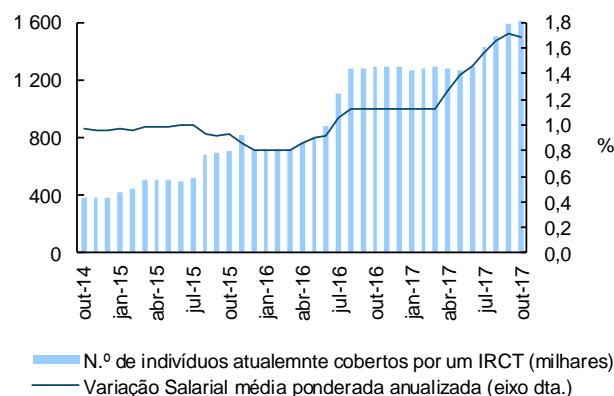
Figura 2.15. Ofertas de Emprego e Colocações
(MM3, VH)



Fonte: IEFP.

Estima-se que, no final de outubro, 1 milhão e 667 mil trabalhadores se encontrem abrangidos por Instrumentos de Regulação Coletiva de Trabalho, um aumento de 75 mil trabalhadores face ao mês de setembro. As remunerações médias implícitas aumentaram 1,7%, uma manutenção do valor do mês anterior.

Figura 2.16. Contratação Coletiva



Fontes: MESS, estimativas GPEARI.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

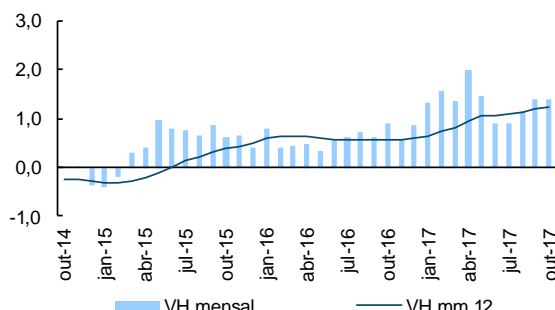
Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016		2017			2017				
				3T	4T	1T	2T	3T	jun	jul	ago	set	out
Taxa de Desemprego*	%	INE	11,1	10,5	10,5	10,1	8,8	8,5	9,1	8,9	8,8	8,6	:
Emprego Total*	VH	"	1,2	1,9	1,8	3,2	3,4	3,0	3,0	2,9	3,0	3,2	:
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	-13,1	-8,8	-13,1	-18,0	-18,3	-16,3	-18,3	-16,4	-16,1	-16,3	-17,5
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	-9,3	-11,4	-14,0	-10,3	-18,1	-11,2	-16,7	-8,3	-15,4	-10,0	-7,8
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	-17,1	-28,7	-40,5	-13,3	-12,0	3,7	-15,9	-3,9	8,9	7,4	59,5
Contratação Coletiva	VH	MESS	1,1	1,1	1,1	1,1	1,5	1,7	1,5	1,6	1,7	1,7	1,7
Índice do Custo do Trabalho** - Portugal	VH	INE	1,4	2,5	0,9	3,3	3,1	-1,1	-	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho** - AE	VH	Eurostat	1,4	1,2	1,7	1,3	1,9	:	-	-	-	-	-

*Valores Trimestrais do Inquérito Trimestral ao Emprego. Valores mensais das Estimativas Mensais (ajustadas de sazonalidade). **Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividades; f.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.

Preços

A variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC), em outubro de 2017, foi de 1,4%, valor igual ao registado em setembro. Em termos médios homólogos dos últimos 12 meses, o IPC aumentou 1,2%, mantendo-se inalterado em relação ao mês de setembro.

Figura 2.17. Taxa de Variação do IPC
(VH, %)

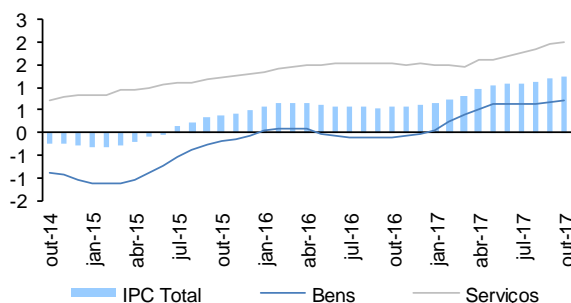


Fonte: INE.

A variação do IPC dos Bens e dos Serviços manteve-se igualmente inalterada em relação ao mês anterior. O IPC dos bens registou uma variação homóloga de 0,6% em outubro, enquanto o IPC dos serviços subiu 2,5%.

Já a evolução do IPC excluindo produtos energéticos e alimentares não transformados (IPC subjacente) foi de 1,3%, a mesma variação verificada em setembro.

Figura 2.18. Taxa de Variação do IPC (Subjacente e Energéticos)
(MM12, VH, %)



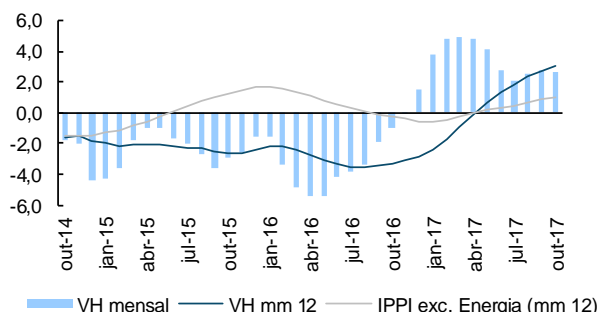
Fonte: INE.

Relativamente às classes do IPC, constata-se que as que registaram a maior quebra foram, à semelhança do mês anterior, o Vestuário (-3,7%) e os Acessórios para o Lar (-0,4%) enquanto o sector de Restauração e Hotelaria e o dos Transportes foram os que mais aumentaram (6% e 2,6%, respetivamente).

O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor registou, em Portugal, uma variação homóloga cinco décimas superior à do IPC (1,9%), enquanto a zona euro apresentou uma variação de 1,4%, levando a que o diferencial entre as duas fosse de 0,5 p.p..

O Índice de Preços na Produção Industrial apresentou, em outubro de 2017, uma variação homóloga de 2,7% (igual à observada em setembro). Excluindo o agrupamento de Energia, o índice aumentou 1,8% (1,5% no mês anterior).

Figura 2.19. Taxa de Variação do IPPI
(VH, %)



Fonte: INE.

Ao nível das secções, as Indústrias Transformadoras tiveram uma variação homóloga de 2,1%, enquanto a secção das Indústrias de Eletricidade, Gás, Vapor, Água Quente e Fria e Ar Frio registou uma variação de 7,5%.

Relativamente aos grandes agrupamentos industriais, a evolução foi mista, com os Bens de Investimento a registarem a menor subida (0,4%), enquanto a Energia registou, novamente, a maior (6,3%).

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

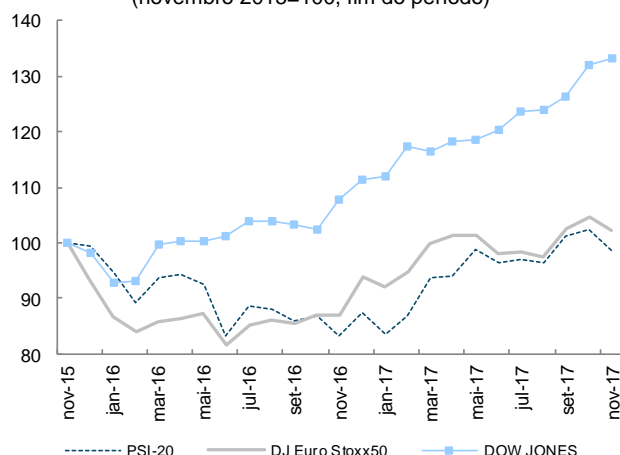
Indicador	Unidade	Fonte	2016	2017									
				fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	-0,2	1,8	1,0	-0,2	-0,4	-0,7	0,0	0,9	0,3	
Índice de Preços no Consumidor	VH	INE	0,6	1,6	1,4	2,0	1,5	0,9	0,9	1,1	1,4	1,4	
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	:	0,7	0,8	0,9	1,0	1,1	1,1	1,1	1,2	1,2	
IPC - Bens	VH	"	0,0	1,7	1,5	1,1	1,0	-0,1	0,0	0,3	0,6	0,6	
IPC - Serviços	"	"	1,5	1,4	1,2	3,3	2,1	2,4	2,2	2,4	2,5	2,5	
IPC Subjacente*	"	"	0,7	0,6	0,6	1,7	1,2	1,1	1,0	1,3	1,3	1,3	
Índice de Preços na Produção industrial	VH	"	-2,8	4,8	4,9	4,8	4,1	2,7	2,1	2,5	2,7	2,7	
IHPC	"	"	0,6	1,6	1,4	2,4	1,7	1,0	1,0	1,3	1,6	1,9	
Diferencial IHPC PT vs. AE	p.p.	Eurostat	0,4	-0,4	-0,1	0,5	0,3	-0,3	-0,3	-0,2	0,1	0,5	

* IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos.

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

No período mais recente, os índices bolsistas dos EUA têm continuado a evoluir favoravelmente; enquanto os da área do euro apresentaram uma quebra, podendo ser causada, por alguma indefinição política em torno de alguns países europeus provocando receios quanto às suas consequências económicas (destacando-se o processo de saída do Reino Unido da UE e caso da incerteza em torno da Catalunha). Assim, a 24 de novembro de 2017 e face ao final de outubro, o índice *Dow Jones* apreciou-se quase 1%; enquanto o *Euro Stoxx50* caiu 2,5%.

Figura 2.20. Índices Bolsistas
(novembro 2015=100, fim do período)

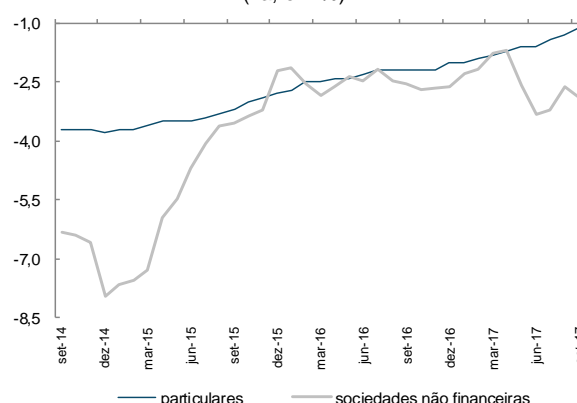


Fontes: CMVM; *Finance Yahoo*. Para novembro, o valor é do dia 24.

O índice PSI-20 também evoluiu desfavoravelmente em novembro de 2017, tendo, no dia 24, diminuído cerca de 4% face ao final do mês de outubro, resultando sobretudo dos resultados menos positivos de duas empresas (EDP e CTT). Contudo, este índice obteve um ganho acumulado de quase 13% face ao final do ano de 2016.

Em setembro de 2017, a variação anual dos empréstimos ao sector privado não financeiro manteve-se em -1,8% em termos anuais. Mas, enquanto se assistiu a uma melhoria do crédito atribuído aos particulares, este deteriorou-se para as empresas não financeiras, para -2,9% (-2,6% em agosto).

Figura 2.21. Empréstimos ao Setor Privado
(va, em %)

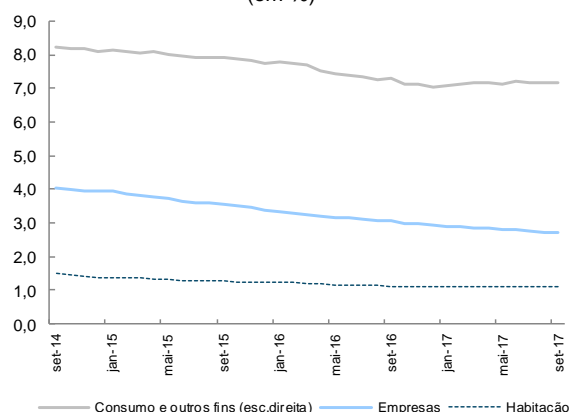


Fonte: Banco de Portugal.

O crédito destinado aos particulares foi de -1,1% em setembro de 2017 (-1,3% em agosto) resultando da melhoria de todos os segmentos, de igual magnitude.

Em setembro de 2017, as taxas de juro das operações do crédito diminuíram para as empresas; enquanto aumentaram ligeiramente para os particulares, devido à subida das taxas para o crédito ao consumo e outros fins.

Figura 2.22. Taxas de Juro de Empréstimos
(em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2017									
				fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	3,7	3,9	4,0	3,5	3,1	3,0	2,8	2,8	2,4	2,1	
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	354	365	366	321	280	255	231	247	190	170	
PSI 20*	VC	CMVM	-11,9	3,9	7,7	0,5	5,1	-2,6	0,7	-0,6	4,9	1,2	
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	-2,9	-2,8	-2,7	-2,6	-2,6	-2,5	-2,4	-2,3	-2,1	:	
- para consumo	va**	"	8,0	8,1	8,2	8,6	8,6	8,1	9,1	9,5	9,7	:	
Empréstimos a empresas	va**	"	-2,6	-2,2	-1,8	-1,7	-2,6	-3,3	-3,2	-2,6	-2,9	:	
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	1,12	1,11	1,11	1,11	1,11	1,12	1,12	1,12	1,12	:	
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	2,92	2,88	2,85	2,83	2,81	2,79	2,75	2,73	2,71	:	

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

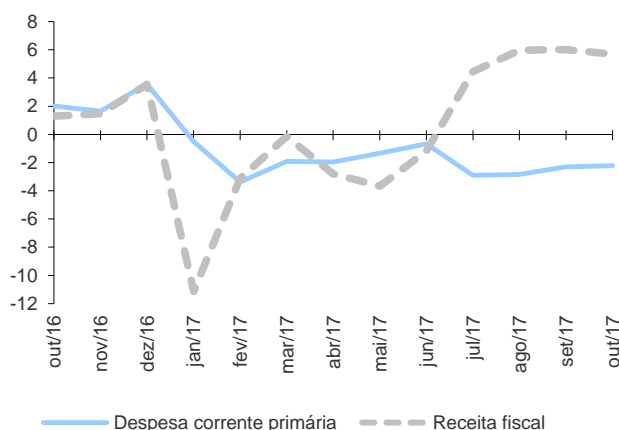
Finanças Públicas

O sector das Administrações Públicas registou, no final de outubro, um saldo global negativo de 1839 milhões de euros, valor que representa uma melhoria de 2.664 milhões de euros relativamente ao período homólogo do ano anterior. Na base deste resultado esteve o aumento de 4,2% da receita efetiva, acompanhado da estagnação prática do valor da despesa efetiva no mesmo período. O saldo primário apresenta, entretanto, um excedente de 5.762 milhões de euros que compara com os 2.998 milhões de euros apurados no período homólogo do ano anterior. Os subsectores das Administrações Públicas contribuíram de forma diferente para aquele valor do saldo global: a soma dos défices observados na Administração Central (4.164 milhões de euros) e na Administração Regional (88 milhões de euros) ultrapassou a dos excedentes registados na Administração Local (523 milhões de euros) e na Segurança Social (1.891 milhões de euros).

Estado

A execução orçamental do subsector Estado apresentava, no final do mês de outubro, um saldo global negativo de 4.517 milhões de euros, valor que representa uma melhoria de 2.121 milhões de euros relativamente ao mês homólogo do ano anterior. O saldo primário registou, entretanto, um excedente de 2.262 milhões de euros, valor que compara com o excedente de 326 milhões de euros verificado no mês homólogo do ano anterior.

Figura 2.23. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



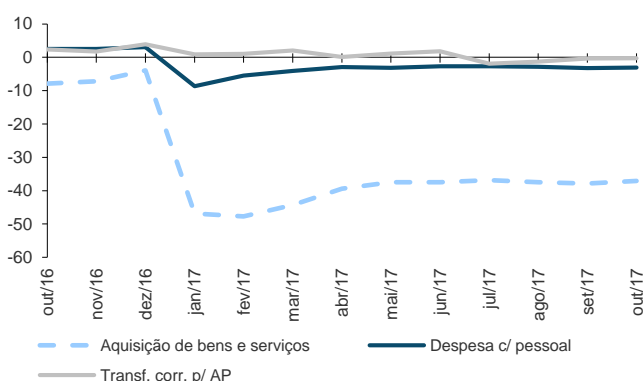
Fonte: DGO.

A referida dinâmica do saldo global assentou na conjugação de um crescimento da receita efetiva (3,8% relativamente ao período homólogo do ano anterior) e de uma diminuição da despesa efetiva (-1,8%, *idem*).

Entre os fatores de crescimento da receita efetiva destacam-se a cobrança dos impostos, tanto a dos diretos (mais 5,4%) como a dos indiretos (mais 5,9%).

Quanto à despesa efetiva, cumpre destacar as reduções em termos homólogos registadas nas rubricas *Aquisição de Bens e Serviços* (-37,1%), *Despesas com o Pessoal* (-3%) e *Juros e Outros Encargos* (-2,6%).

Figura 2.24. Despesa do Estado – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.8. Execução Orçamental do Estado

	2016	2017	2016	2017	2017			
	jan a out		jan a out		jul	ago	set	out
	10 ⁶ euros		grau de execução (%)		VHA (%)			
Receita Efetiva	35 583	36 941	78,6	80,7	2,8	3,9	4,1	3,8
Receita corrente	35 492	36 867	78,8	80,8	2,9	4,0	4,1	3,9
Impostos diretos	13 895	14 642	77,6	80,5	3,7	7,8	6,5	5,4
Impostos indiretos	18 441	19 538	80,0	84,1	4,9	4,7	5,7	5,9
Despesa Efetiva	42 221	41 458	81,9	79,1	-2,4	-2,1	-1,8	-1,8
Despesa corrente primária	34 287	33 530	78,6	80,8	3,7	4,7	-1,8	-2,2
Despesa corrente	41 251	40 310	83,0	80,3	-2,6	-2,6	-2,2	-2,3
Despesa com pessoal	7 855	7 616	86,3	85,6	-2,7	-2,9	-3,3	-3,0
Aquisição bens e serviços	1 115	702	64,7	33,5	-36,9	-37,4	-37,8	-37,1
Subsídios	80	55	58,3	52,2	-67,7	-54,7	-39,1	-31,7
Juros	6 964	6 780	92,3	89,9	-0,9	-1,6	-1,8	-2,6
Transferências corr. p/ AP	22 919	22 860	83,7	81,8	-1,9	-1,3	-0,4	-0,3
Saldo Global	-6 638	-4 517	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	326	2 262	-	-	-	-	-	-

Fonte: DGO.

Serviços e Fundos Autónomos, (SFA) incluindo as Empresas Públicas Reclassificadas (EPR)

A execução orçamental dos SFA (incluindo o SNS e as EPR) revelou, no fim do mês de outubro, um saldo global positivo de 353 milhões de euros. Este saldo representa uma melhoria de 116 milhões de euros relativamente ao mês homólogo do ano anterior.

Para este resultado contribuiu um aumento da receita efetiva de 2,3%, superior ao aumento concomitante da despesa efetiva (1,8%).

No aumento da receita efetiva destaca-se o crescimento de 0,3% das receitas provenientes das *Transferências Correntes das Administrações Públicas*, que contribuiu para reduzir o impacto da diminuição de 4,4% das receitas registadas na rubrica *Contribuições para a SS, CGA e ADSE*. Quanto à despesa efetiva, a sua evolução foi dominada pelos aumentos de 8,9% e de 4,9% registados, respetivamente, nas despesas com a *Aquisição de Bens e Serviços* e nas *Despesas com o Pessoal*. O grau de execução da receita efetiva foi, entretanto, de 79,5%, ligeiramente superior ao da despesa efetiva (78%).

As EPR contribuíram para o saldo global dos SFA com um défice de 881 milhões de euros, valor 32 milhões de euros acima do registado no período homólogo do ano anterior.

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

O saldo global negativo de 243 milhões de euros registado na execução orçamental do SNS (ótica dos compromissos) representa um agravamento quando comparado com o mês homólogo do ano anterior (160 milhões de euros).

Esta evolução do saldo reflete um aumento da receita efetiva de 3,4% que não foi suficiente para compensar o aumento concomitante de 4,5% da despesa efetiva. No que diz respeito à evolução da receita efetiva foi determinante o aumento de 3,3% da *Receita Corrente*. Quanto à despesa efetiva, destacam-se os aumentos de 4,2% das *Despesas com o Pessoal* e de 5,5% da despesa com a *Aquisição de Bens e Serviços*. As *Despesas de Capital* mantiveram em setembro a sua tendência de redução (-20,9%).

Caixa Geral de Aposentações (CGA)

A execução orçamental da CGA apresentou um saldo global positivo de 83 milhões de euros, representando uma deterioração deste indicador relativamente ao período homólogo do ano anterior (menos 80 milhões de euros).

Para este resultado contribuiu uma redução da receita efetiva de 4,4%, superior à redução entretanto registada na despesa efetiva (-3,5%). A evolução da receita efetiva foi marcada pelas diminuições ocorridas nas rubricas *Comparticipação do Orçamento do Estado* (-5%) e *Quotas e Contribuições* (-4,6%). Do lado da despesa efetiva, deve dar-se destaque à redução de 3,6% verificada nas *Pensões*.

Quadro 2.9. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos				dos quais: Empresas Públicas Reclassificadas			
	2016	2017			2016	2017		
	jan a out				jan a out			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	Grau de execução (%)	VHA (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	Grau de execução (%)	VHA (%)
Receita Efetiva	23 637	24 184	79,5	2,3	7 073	7 066	75,5	-0,1
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	3 402	3 252	83,1	-4,4	-	-	-	-
Transferências correntes das Adm. Públicas	14 036	14 079	78,9	0,3	629	641	64,8	1,9
Despesa Efetiva	23 399	23 832	78,0	1,8	7 985	7 947	75,5	-0,5
Despesa com pessoal	5 341	5 604	79,7	4,9	3 021	3 128	81,6	3,5
Aquisição de bens e serviços	5 294	5 766	83,2	8,9	2 377	2 312	71,3	-2,7
Transferências correntes	9 394	9 166	81,0	-2,5	87	63	79,7	-28,0
Saldo Global	237	353	-	-	- 913	- 881	-	-

Fonte: DGO.

Quadro 2.10. Execução Financeira do SNS e Orçamental da CGA

	Serviço Nacional de Saúde					Caixa Geral de Aposentações			
	2016		2017			2016		2017	
	jan a out					jan a out			
	10 ⁶ euros		VHA (%)	Grau de execução (%)		10 ⁶ euros		VHA (%)	Grau de execução (%)
Receita Efetiva	7 238	7 486	3,4	84,3	Receita Efetiva	8 368	8 003	-4,4	81,7
Receita fiscal	82	86	4,9	65,6	Contribuições p/ a CGA	3 399	3 246	-4,5	83,1
Outra receita corrente	7 139	7 377	3,3	85,1	Quotas e contribuições	3 315	3 163	-4,6	83,1
Receita de capital	17	23	39,3	29,7	Transferências correntes do OE	4 253	4 044	-4,9	80,1
Despesa Efetiva	7 398	7 729	4,5	84,6	Comparticipação do OE	4 029	3 829	-5,0	80,0
Despesa com pessoal	2 985	3 110	4,2	84,2	Compensação por pagamento de pensões	224	215	-3,9	84,1
Aquisição de bens e serviços	4 248	4 483	5,5	86,0	Despesa Efetiva	8 206	7 920	-3,5	80,8
Despesa de capital	74	58	-20,9	53,1	Pensões	8 055	7 766	-3,6	80,8
Saldo Global	- 160	- 243	-	-	Saldo Global	162	83	:	:

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

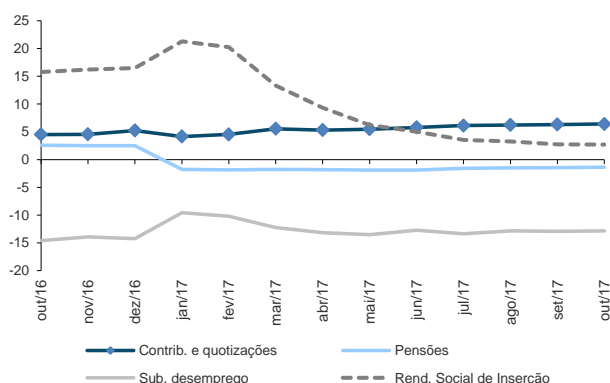
Segurança Social

No final de outubro a execução orçamental do subsector da Segurança Social apresentou um saldo global positivo de 1891 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 682 milhões de euros quando comparado com o mês homólogo do ano anterior.

Esta evolução do saldo global resulta da conjugação de um crescimento de 1,6% da receita efetiva e de uma redução de 1,7% na despesa efetiva. O grau de execução orçamental da receita efetiva (80,6%) revela-se, entretanto, superior ao da despesa (76,7%).

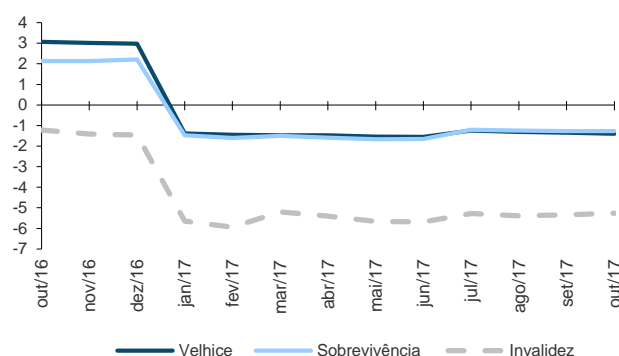
A evolução da receita efetiva está associada ao crescimento de 6,4% das receitas das *Contribuições e Quotizações*. A evolução da despesa efetiva reflete as reduções de 1,4% das *Pensões* e de 12,8% do *Subsídio de Desemprego e Apoio ao Emprego* que, no seu conjunto, compensaram o aumento de 4,5% entretanto registado nas *Prestações e Ação Social*.

Figura 2.25. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



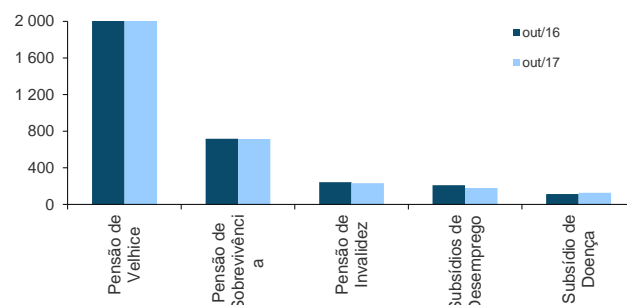
Fonte: DGO.

Figura 2.26. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Figura 2.27. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos
(milhares, em final do mês)



Fonte: MTSSS.

Quadro 2.11. Execução Orçamental da Segurança Social

	Segurança Social			
	2016	2017		
	jan a out			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Grau de execução (%)
Receita Efetiva	21 311	21 649	1,6	80,6
Contribuições e quotizações	12 031	12 802	6,4	83,2
Transferências correntes da Administração Central *	7 708	7 444	-3,4	83,5
Despesa Efetiva	20 102	19 758	-1,7	76,7
Pensões	13 206	13 023	-1,4	80,6
Pensões de velhice do reg. subst. bancário	377	373	-1,1	78,3
Subsídio de desemprego e apoio ao emprego	1 270	1 107	-12,8	75,5
Prestações e ação social	3 375	3 526	4,5	79,2
Saldo Global	1 208	1 891	-	-

* Não inclui IVA social e transferências no âmbito da Plano de Emergência Social.

Fonte: DGO.

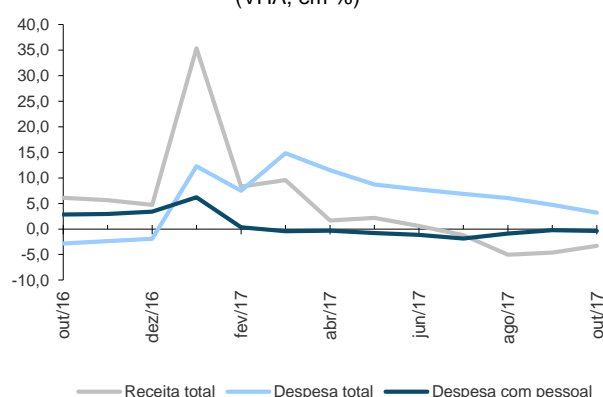
Administração Regional

A execução orçamental do subsector da Administração Regional revelou no final de outubro um saldo global negativo de 88 milhões de euros, valor que compara com o excedente de 47 milhões de euros registados no período homólogo do ano anterior.

Este agravamento do saldo global tem origem num aumento da despesa efectiva de 3,2%, acompanhado de uma redução de 3,3% da receita efetiva. Do lado da receita efetiva destaca-se a redução de 5,2% da receita com origem em impostos, enquanto do lado da despesa efetiva cabe salientar os aumentos de 5,2% e de 1,3% verificados, respetivamente, nas rubricas *Investimento* e *Aquisição de Bens e Serviços*.

Figura 2.28. Execução Orçamental da Administração Regional

(VHA, em %)



Fonte: DGO.

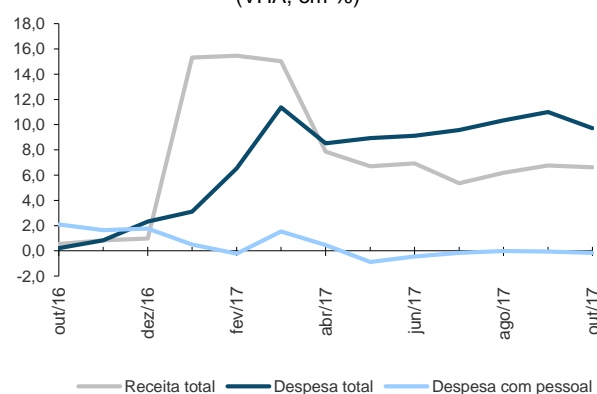
Administração Local

O subsector da Administração Local mantém a trajetória de saldos globais positivos. Em outubro a execução orçamental apresentou um saldo global positivo de 523 milhões de euros, valor que, todavia, representa uma degradação de 120 milhões de euros relativamente ao observado no período homólogo do ano anterior.

Esta evolução está associada a um crescimento de 6,6% da receita efetiva, insuficiente para compensar o crescimento concomitante de 9,7% da despesa efetiva. A evolução da receita efetiva reflete o aumento de 10,6% registado na cobrança dos *Impostos Locais*, bem como o crescimento de 1,7% das *Transferências Correntes*. Na despesa efetiva destaca-se o elevado crescimento das despesas com o *Investimento* (49,9%) e os aumentos das despesas com *Transferências Correntes* (7,9%) e com *Aquisição de Bens e Serviços* (4,2%). De referir que, no período em análise, as despesas com o *Pessoal* sofreram uma ligeira redução de 0,2%.

Figura 2.29. Execução Orçamental da Administração Local

(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional			Administração Local		
	2016	2017		2016	2017	
	jan a out			jan a out		
	10 ⁶ euros	VHA (%)		10 ⁶ euros	VHA (%)	
Receita Efetiva	2 108	2 039	-3,3	5 802	6 185	6,6
Impostos	1 213	1 150	-5,2	2 141	2 367	10,6
Transferências correntes	457	457	-	2 095	2 132	1,7
Despesa Efetiva	2 061	2 127	3,2	5 161	5 662	9,7
Pessoal	851	848	-0,4	1 890	1 887	-0,2
Aquisição de bens e serviços	552	559	1,3	1 669	1 740	4,2
Transferências correntes	172	162	-5,6	483	521	7,9
Investimento	116	123	5,2	697	1 045	49,9
Saldo global	47	- 88	-	641	523	-

Fonte: DGO.

Dívida Pública

Dívida Pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht)

A dívida do sector das Administrações Públicas (critério de Maastricht) registou em setembro uma redução de 1.247 milhões de euros face ao mês anterior (0,5%), fixando-se em 249.141 milhões de euros. Este valor ainda representa, no entanto, um aumento de 8.134 milhões de euros quando comparado com o valor registado no final de dezembro de 2016.

A tendência de redução da dívida observada no subsector da Administração Regional e Local (menos 51 milhões de euros) foi acompanhada em setembro pela redução de 1.009 milhões de euros no subsector da Administração Central, que continua a deter o maior peso na estrutura da dívida.

Os depósitos detidos pela Administração Central registam igualmente uma redução de 142 milhões de euros, conduzindo o valor líquido da dívida para os 227.344 milhões de euros.

Quadro 2.13. Dívida das Administrações Públicas
(milhões de euros)

	2016 dez	2017 ago	2017 set
Administrações Públicas	240 958	250 388	249 141
Por subsector:			
Administração Central	243 592	254 301	253 292
Administração Regional e Local	10 524	10 389	10 338
Segurança Social	1	1	1
Consolidação entre subsectores	13 160	14 303	14 489
por memória:			
Depósitos da Administração Central	17 180	21 939	21 797

Fonte: Banco de Portugal.

Dívida não Financeira das Administrações Públicas

Quadro 2.14. Dívida não Financeira das AP
(milhões de euros)

	2016 Dez	2017 set	2017 out
Administrações Públicas	1 881	2 033	2 063
Por subsector:			
Administração Central	372	500	555
Administração Regional	409	360	325
Administração Local	1 100	1 173	1 183
Segurança Social	0	0	0

Fonte: DGO.

O valor da dívida não financeira do sector das Administrações Públicas registou em outubro um aumento de 1,4% relativamente ao mês anterior e atingiu o montante de 2.063 milhões de euros. Este valor encontra-se 181 milhões de euros acima do valor observado no final de 2016 (9,6%).

Em outubro, o subsector da Administração Regional foi o único a evidenciar uma redução da dívida não financeira, quer em relação ao mês anterior (menos 9,8%), quer quando comparado com o valor observado no final do ano anterior (menos 20,6%).

O valor dos pagamentos em atraso no sector das Administrações Públicas registou em outubro um aumento 65 milhões de euros (5,4%) face ao mês anterior, colocando a comparação com o final de 2016 em cerca de 419 milhões de euros (mais 49,2%). O valor dos pagamentos em atraso no final de outubro é de 1.269 milhões de euros.

Quadro 2.15. Pagamentos em Atraso
(milhões de euros)

	2016 Dez	2017 set	2017 out
Administrações Públicas	851	1 205	1 269
Por subsector:			
Administração Central (excl. saúde)	17	18	19
SNS	6	5	3
Hospitais EPE	544	961	1 024
Empresas Públicas Reclasseificadas	13	14	14
Administração Regional	120	99	98
Administração Local	150	108	110
Segurança Social	0	0	0
Outras Entidades	3	1	1
Empresas públicas não reclasseificadas	3	1	1
Adm. Públicas e outras entidades	854	1 205	1 270

Fonte: DGO.

Os hospitais EPE continuam a ser os principais responsáveis por este desempenho (mais 6,6% relativamente ao mês anterior e mais 88,2% quando comparado com o final de 2016), anulando praticamente as reduções dos pagamentos em atraso, com referência ao final do ano anterior, registadas no subsector da Administração Regional (menos 18%) e no subsector da Administração Local (menos 26,8%).

Dívida Direta do Estado

Relativamente ao mês anterior a dívida direta do Estado reduziu-se 3.663 milhões de euros (1,5%) assumindo, no final de outubro, o montante de 241.611 milhões de euros.

Considerando o peso da dívida directa do Estado, esta redução permite antecipar para outubro uma redução da dívida pública bruta do sector das Administrações Públicas.

Na redução da dívida directa do Estado destaca-se a redução de 3.314 milhões de euros (2,3%) da dívida transacionável, apoiada, essencialmente, na redução de 4.695 milhões de euros (3,9%) da dívida titulada por Obrigações do Tesouro. A dívida não transacionável aumentou 577 milhões de euros. A dívida associada ao PAEF registou igualmente uma redução de 926 milhões de euros (1,5%).

A estrutura da dívida directa do Estado manteve-se sem alterações assinaláveis, referindo-se, apenas, a redução do peso relativo das Obrigações do Tesouro em 1,2 p.p..

Quadro 2.16. Movimento da Dívida Direta do Estado
(milhões de euros)

	30/set/17	out/17			31/out/17
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transacionável	147 010	2 767	223	6	143 696
da qual: Bilhetes do Tesouro	14 693	1 567	0	0	16 074
da qual: Obrigações Tesouro	120 277	:	223	10	115 582
Não Transacionável	36 406	2 504	2 111	-	36 983
da qual: Cert.Aforro e do Tesouro	26 391	401	62	0	26 850
da qual: CEDIC e CEDIM	5 786	1 863	1 449	0	5 647
Prog. de Ajustamento Económico	61 858	0	0	- 19	60 932
Total	245 274	5 271	2 334	- 13	241 611

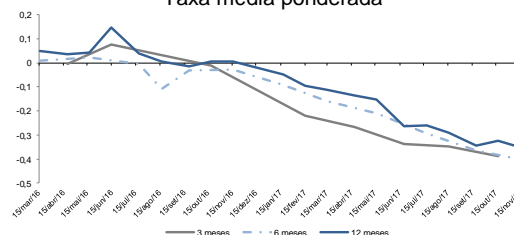
Fonte: IGCP.

Emissões e Amortizações de Dívida

As emissões de instrumentos de dívida realizadas pelo IGCP, E.P.E. no mês de novembro confirmam a tendência do valor negativo das taxas de juro de colocação dos Bilhetes do Tesouro e a tendência de redução das taxas de juro da colocação de Obrigações do Tesouro observados nas emissões anteriores. As emissões realizadas no mês de novembro apresentaram as seguintes características:

- No leilão do dia 8 foram colocados 1.250 milhões de euros de Obrigações do Tesouro, com maturidade em abril de 2017 e uma taxa de colocação de 1,939% (o leilão anterior para prazo equivalente registou uma taxa de 2,327%. No leilão realizado em julho a taxa de colocação foi de 3,085%);
- No dia 15 realizaram-se dois leilões de Bilhetes do Tesouro. No primeiro leilão foram colocados 1.170 milhões de euros (incluindo 70 milhões de euros da fase não competitiva), com maturidade em novembro de 2018 e uma taxa de juro média ponderada de -0,349% (-0,345% na última colocação para o mesmo prazo). No segundo leilão foram colocados 407 milhões de euros (incluindo 7 milhões de euros da fase não competitiva), com maturidade em maio de 2018 e uma taxa de juro média ponderada de colocação de -0,400% (-0,363% na última colocação para um prazo idêntico).

Figura 2.30. Emissões de BT
Taxa média ponderada



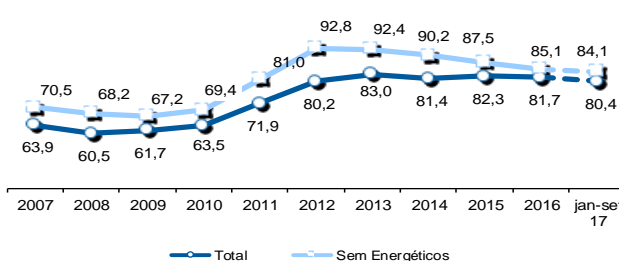
Fonte: IGCP.

3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

De acordo com os resultados preliminares recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, nos primeiros nove meses de 2017, as exportações e importações de mercadorias ^[3] cresceram, em termos homólogos, 10,7% e 13,3%, respetivamente. Nesse período, o défice da balança comercial de mercadorias (fob/cif) agravou-se 24,9%. Excluindo os produtos energéticos, as exportações cresceram 9% e as importações 10,8% (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

Intra + Extra-EU (milhões de Euros)	janeiro a setembro			VH	
	2016	2017	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	36.974	40.943	10,7	7,6	9,3
Importações (cif)	44.989	50.950	13,3	10,9	11,7
Saldo (fob-cif)	-8.015	-10.007	24,9	25,5	22,7
Cobertura (fob/cif)	82,2	80,4	-	-	-
Sem energéticos:					
Exportações (fob)	34.830	37.949	9,0	6,5	7,7
Importações (cif)	40.707	45.114	10,8	9,8	9,8
Saldo (fob-cif)	-5.877	-7.164	21,9	28,7	23,0
Cobertura (fob/cif)	85,6	84,1	-	-	-
Extra-EU (milhões de Euros)					
	2016	2017	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	8.808	10.594	20,3	14,4	17,0
Importações (cif)	10.022	12.303	22,8	16,0	18,6
Saldo (fob-cif)	-1.215	-1.708	40,6	28,4	33,7
Cobertura (fob/cif)	87,9	86,1	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:
Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros nove meses de 2017, as exportações representaram 80,4% das importações, a que corresponde um decréscimo de 1,8 p.p. na taxa de cobertura das importações pelas exportações, em termos homólogos. Excluindo os produtos energéticos, as exportações passaram a representar 84,1% das importações (-1,5 p.p. que em igual período do ano transato).

Quadro 3.2. Balança Comercial: mês de setembro

Valores em milhões de Euros			
janeiro a setembro	2016	2017	TVH
Intra+Extra UE			
Exportações (fob)	36 974	40 943	10,7
Importações (cif)	44 989	50 950	13,3
Saldo (fob-cif)	- 8 015	- 10 007	24,9
Cobertura (fob/cif)	82,2	80,4	-
Intra UE			
Exportações (fob)	28 166	30 349	7,7
Importações (cif)	34 966	38 648	10,5
Saldo (fob-cif)	- 6 800	- 8 299	22,0
Cobertura (fob/cif)	80,6	78,5	-
Extra UE			
Exportações (fob)	8 808	10 594	20,3
Importações (cif)	10 022	12 303	22,8
Saldo (fob-cif)	- 1 215	- 1 708	40,6
Cobertura (fob/cif)	87,9	86,1	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros nove meses de 2017, o défice da balança comercial de mercadorias Intra UE agravou-se 22% em termos homólogos, com as exportações de mercadorias a crescerem 7,7% e as importações 10,5%. O défice da balança comercial de mercadorias Extra UE agravou-se 40,6%, em termos homólogos (Quadro 3.2).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	IMPORTAÇÕES (Cif)			EXPORTAÇÕES (Fob)		
	2016	2017	TVH	2016	2017	TVH
jan	4 347	5 348	23,0	3 657	4 344	18,8
fev	4 709	5 177	10,0	4 009	4 356	8,7
mar	5 319	6 142	15,5	4 219	5 241	24,2
abr	4 891	5 415	10,7	4 116	4 122	0,2
mai	5 171	6 279	21,4	4 195	4 873	16,2
jun	5 409	5 792	7,1	4 459	4 751	6,5
jul	5 075	5 731	12,9	4 464	4 662	4,4
ago	4 674	5 238	12,1	3 463	3 944	13,9
set	5 393	5 829	8,1	4 392	4 648	5,8
out	5 255			4 332		
nov	5 510			4 660		
dez	5 489			4 056		
1º Trim	14 375	16 667	15,9	11 885	13 941	17,3
2º Trim	15 471	17 486	13,0	12 770	13 747	7,7
3º Trim	15 142	16 798	10,9	12 319	13 255	7,6
4º Trim	16 254			13 048		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, n.º11/2017").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de setembro de 2017 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 250 mil euros para as importações da UE e 250 mil para as exportações para a UE, em 2013). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Exportações de Mercadorias

Nos primeiros nove meses de 2017, as exportações de mercadorias cresceram 10,7%, em termos homólogos. Excluindo os produtos energéticos, esse crescimento foi de 9%.

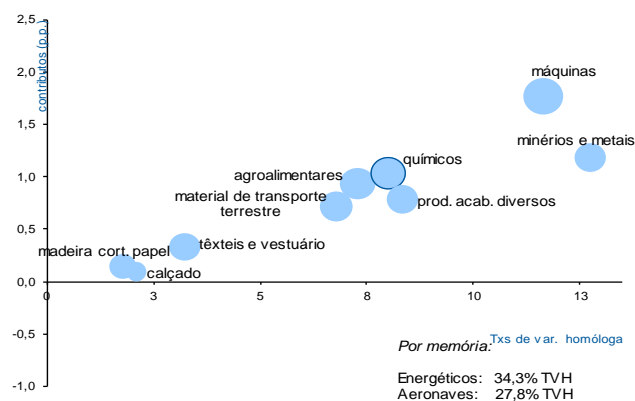
Entre janeiro e setembro de 2017, destaca-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (+2,3 p.p.), “Máquinas e aparelhos e suas partes” (+1,8 p.p.) e “Minérios e metais” (+1,4 p.p.). As “Máquinas e aparelhos e suas partes” são o grupo de produtos que maior peso tem nas exportações de mercadorias (15,4%). Seguem-se os “Químicos” (12,9%). (Quadro 3.4).

A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações no último ano a terminar em setembro de 2017.

Nesse período, todos os grupos de produtos contribuíram positivamente para o crescimento das exportações de mercadorias (9,3%). Os produtos relativos aos “Energéticos” registaram o maior contributo (+2,1 p.p.), seguido das “Máquinas e aparelhos e suas partes” e dos “Minérios e metais” (+1,8 p.p. e +1,2 p.p. respetivamente).

De salientar, ainda, os contributos dos “Químicos”, “Agroalimentares” e “Produtos acabados diversos”, para o crescimento das exportações de mercadorias (+1 p.p., +0,9 p.p. e +0,8 p.p., respetivamente).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)
Últimos 12 meses a terminar em setembro de 2017
(Total: 9,3%)



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:
A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos

(Fob)

Intra + Extra UE

Grupos de Produtos	Milhões de Euros jan-set		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
			Anual		jan-set		últimos 12 meses ^[1]		jan-set	
	2016	2017	2011	2016	2016	2017	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
Total das Exportações	36 974	40 943	100,0	100,0	100,0	100,0	9,3	9,3	10,7	10,7
Agro-alimentares	4 549	4 992	11,5	12,7	12,3	12,2	7,3	0,9	9,8	1,2
Energéticos	2 144	2 994	7,2	6,3	5,8	7,3	34,3	2,1	39,6	2,3
Químicos	4 844	5 264	12,5	13,0	13,1	12,9	8,0	1,0	8,7	1,1
Madeira, cortiça e papel	3 015	3 120	8,4	8,0	8,2	7,6	1,8	0,1	3,5	0,3
Têxteis, vestuário e seus acessórios	3 828	3 973	9,8	10,2	10,4	9,7	3,2	0,3	3,8	0,4
Calçado, peles e couros	1 752	1 793	4,1	4,5	4,7	4,4	2,1	0,1	2,3	0,1
Minérios e metais	3 430	3 962	11,2	9,2	9,3	9,7	12,8	1,2	15,5	1,4
Máquinas e aparelhos e suas partes	5 638	6 313	14,7	15,4	15,2	15,4	11,6	1,8	12,0	1,8
Material de transp. terrestre e suas partes	3 996	4 372	12,4	10,5	10,8	10,7	6,8	0,7	9,4	1,0
Aeronaves, embarcações e suas partes	292	319	0,5	0,9	0,8	0,8	27,8	0,2	9,3	0,1
Produtos acabados diversos	3 489	3 842	7,8	9,3	9,4	9,4	8,3	0,8	10,1	1,0
Por memória:										
Total sem energéticos	34 830	37 949	92,8	93,7	94,2	92,7	7,7	7,2	9,0	8,4

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em setembro de 2017.

[2] $(\text{out } 16\text{-set } 17) / (\text{out } 15\text{-set } 16) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período do homólogo anterior}) \div 100$.

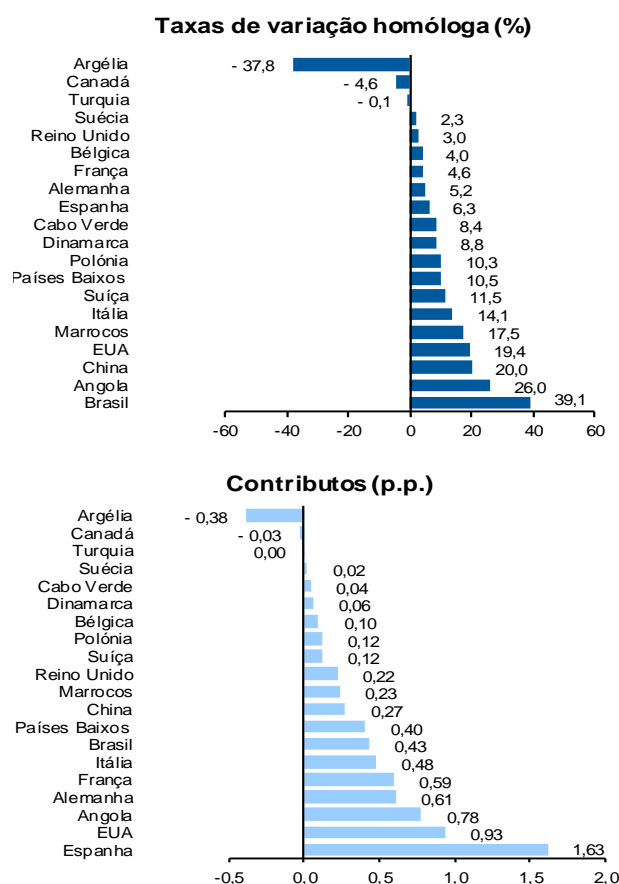
Nos primeiros nove meses de 2017, as exportações para a UE cresceram 7,7%, em termos homólogos. As exportações com destino aos países da UE-15 cresceram 7,6% e as com destino aos Países do Alargamento 9,8%. As exportações para países terceiros registaram um crescimento de 20,3% (Quadro 3.5).

As exportações de mercadorias para Espanha registaram o maior contributo Intra UE-15 (+1,8 p.p.) para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para França e Alemanha (+0,8 p.p. e +0,7 p.p. respetivamente).

No último ano a terminar em setembro de 2017, as exportações para os países Intra UE cresceram 6,7%, em termos homólogos. As exportações destinadas aos países da UE-15 cresceram 6,5%, sendo que as destinadas à Espanha e à Alemanha as que mais contribuíram para o crescimento das exportações (+1,6 p.p. e +0,6 p.p., respetivamente). Entre os países terceiros, destaca-se o crescimento das exportações para o Brasil (39,1%), Angola (26%) e China (20%), em termos homólogos. No mesmo período, de registar o decréscimo das exportações com destino à Argélia (-37,8%) e Canadá (-4,6%), ainda que com um impacto pouco expressivo nas exportações totais (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos

Últimos 12 meses a terminar em setembro de 2017



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados.

Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Destino	Intra + Extra-UE (Fob)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
			anual		jan-set		12 meses ^[1]		jan-set	
			2016	2017	2016	2017	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
	2016	2017								
TOTAL	36 974	40 943	100,0	100,0	100,0	100,0	9,3	9,3	10,7	10,7
Intra UE	28 166	30 349	74,5	75,1	76,2	74,1	6,7	5,1	7,7	5,9
dos quais:										
UE-15	26 709	28 748	71,3	71,2	72,2	70,2	6,5	4,6	7,6	5,5
Espanha	9 720	10 379	24,9	25,9	26,3	25,3	6,3	1,6	6,8	1,8
França	4 775	5 085	12,2	12,6	12,9	12,4	4,6	0,6	6,5	0,8
Alemanha	4 408	4 681	13,5	11,7	11,9	11,4	5,2	0,6	6,2	0,7
Reino Unido	2 637	2 741	5,2	7,1	7,1	6,7	3,0	0,2	3,9	0,3
Países Baixos	1 404	1 633	3,9	3,7	3,8	4,0	10,5	0,4	16,3	0,6
Itália	1 240	1 420	3,7	3,5	3,4	3,5	14,1	0,5	14,5	0,5
Bélgica	925	964	3,2	2,4	2,5	2,4	4,0	0,1	4,1	0,1
Suécia	359	361	1,0	0,9	1,0	0,9	2,3	0,0	0,5	0,0
Dinamarca	250	270	0,6	0,7	0,7	0,7	8,8	0,1	8,1	0,1
Alargamento	1 457	1 600	3,2	3,9	3,9	3,9	10,8	0,4	9,8	0,4
Polónia	428	474	0,9	1,2	1,2	1,2	10,3	0,1	10,7	0,1
Extra UE	8 808	10 594	25,5	24,9	23,8	25,9	17,0	4,2	20,3	4,8
dos quais:										
EUA	1 777	2 151	3,5	4,9	4,8	5,3	19,4	0,9	21,0	1,0
Angola	965	1 323	5,4	3,0	2,6	3,2	26,0	0,8	37,2	1,0
Marrocos	498	560	0,9	1,4	1,3	1,4	17,5	0,2	12,3	0,2
China	483	618	0,9	1,4	1,3	1,5	20,0	0,3	27,9	0,4
Brasil	398	613	1,4	1,1	1,1	1,5	39,1	0,4	54,0	0,6
Suíça	401	437	0,9	1,1	1,1	1,1	11,5	0,1	9,1	0,1
Argélia	353	200	0,8	0,9	1,0	0,5	-37,8	-0,4	-43,4	-0,4
Turquia	302	294	0,7	0,8	0,8	0,7	-0,1	0,0	-2,8	0,0
Canadá	220	220	0,5	0,6	0,6	0,5	-4,6	0,0	0,0	0,0
Cabo Verde	192	202	0,6	0,5	0,5	0,5	8,4	0,0	5,1	0,0
Por memória:										
OPEP ^[4]	1 654	1 901	7,5	5,0	4,5	4,6	11,1	0,6	14,9	0,7
PALOP	1 435	1 772	6,8	4,2	3,9	4,3	15,4	0,7	23,5	0,9
EFTA	546	597	1,1	1,5	1,5	1,5	8,4	0,1	9,4	0,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2016.

[1] Últimos 12 meses a terminar em setembro de 2017.

[2] (out 16-set 17)/(out 15-set 16) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[4] Inclui Angola.

Importações de Mercadorias

De janeiro a setembro de 2017, as importações de mercadorias registaram um crescimento de 13,3%, em termos homólogos (Quadro 3.6).

Todos os grupos de produtos contribuíram positivamente para esse crescimento, embora mereça referência particular os produtos “Energéticos” (+3,5 p.p.), “Máquinas, aparelhos e suas partes” (+2,5 p.p.), “Minérios e metais” (+1,8 p.p.), “Material de transporte terrestre e suas partes” (+1,5 p.p.) e os “Químicos” (+1,3 p.p.).

A UE-28 mantém-se como principal mercado de origem das importações portuguesas (75,9%).

Nos primeiros nove meses de 2017, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário cresceram 10,5%, em termos homólogos, com as provenientes dos países da UE-15 a crescerem 10,3%, em termos homólogos. As importações provenientes dos países do Alargamento registaram uma taxa de variação homóloga positiva de 15,3%.

As importações de mercadorias provenientes de países terceiros cresceram 22,8%, em termos homólogos. A China destaca-se como sendo o principal mercado extracomunitário de origem das importações de mercadorias (3% do total), seguida da Rússia (2,4%) e do Brasil (1,9%).

Quadro 3.7. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif) jan-set		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
			Anual		jan-set		12 meses ^[1]		jan-set	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	44 989	50 950	100,0	100,0	100,0	100,0	11,7	11,7	13,3	13,3
Grupos de Produtos										
Agro-alimentares	7 219	7 861	15,0	15,8	16,0	15,4	7,6	1,2	8,9	1,4
Energéticos	4 281	5 837	17,5	10,1	9,5	11,5	28,0	2,8	36,3	3,5
Químicos	7 706	8 311	15,9	16,7	17,1	16,3	6,2	1,1	7,9	1,3
Madeira, cortiça e papel	1580	1627	3,5	3,4	3,5	3,2	1,9	0,1	3,0	0,1
Têxteis, Vestuário e seus acessórios	2 953	3 118	5,9	6,5	6,6	6,1	4,9	0,3	5,6	0,4
Calçado, peles e couros	1220	1235	2,0	2,6	2,7	2,4	1,4	0,0	1,3	0,0
Minérios e metais	3 595	4 421	8,8	7,9	8,0	8,7	18,7	1,5	23,0	1,8
Máquinas e aparelhos e suas partes	7 411	8 548	15,4	16,9	16,5	16,8	14,5	2,4	15,3	2,5
Material de transp. terrestre e suas partes	5 579	6 232	10,1	12,4	12,4	12,2	12,3	1,5	11,7	1,5
Aeronaves, embarcações e suas partes	675	731	0,4	1,3	1,5	1,4	16,2	0,2	8,2	0,1
Produtos acabados diversos	2 769	3 029	5,3	6,2	6,2	5,9	8,9	0,6	9,4	0,6
Total sem energéticos	40 707	45 114	82,5	89,9	90,5	88,5	9,8	8,9	10,8	9,8
Mercados de origem										
Intra UE	34 966	38 648	78,6	74,8	77,7	75,9	9,7	7,5	10,5	8,2
dos quais:										
UE-15	33 373	36 811	76,2	71,8	74,2	72,2	9,4	7,0	10,3	7,6
Espanha	14 815	16 172	32,8	32,5	32,9	31,7	7,7	2,6	9,2	3,0
Alemanha	6 048	6 963	13,2	12,3	13,4	13,7	14,0	1,9	15,1	2,0
França	3 463	3 782	8,3	7,1	7,7	7,4	10,2	0,8	9,2	0,7
Itália	2 451	2 779	5,8	5,2	5,4	5,5	11,4	0,6	13,4	0,7
Países Baixos	2 296	2 693	5,3	5,2	5,1	5,3	14,5	0,7	17,3	0,9
Reino Unido	1399	1393	3,3	3,1	3,1	2,7	0,5	0,0	-0,5	0,0
Bélgica	1262	1398	2,9	2,7	2,8	2,7	11,2	0,3	10,8	0,3
Polónia	532	637	0,6	0,9	1,2	1,3	21,6	0,2	19,8	0,2
Suécia	499	497	1,0	1,1	1,1	1,0	3,5	0,0	-0,5	0,0
Alargamento	1 593	1 836	2,4	3,0	3,5	3,6	15,2	0,5	15,3	0,5
Extra UE	10 022	12 303	21,4	25,2	22,3	24,1	18,6	4,1	22,8	5,1
dos quais:										
China	1358	1543	2,2	2,7	3,0	3,0	11,7	0,3	13,6	0,4
Rússia	753	1208	1,0	1,2	1,7	2,4	70,6	1,1	60,3	1,0
Brasil	964	956	1,7	1,5	2,1	1,9	-10,7	-0,2	-0,9	0,0
EUA	618	753	1,7	1,6	1,4	1,5	19,4	0,3	21,8	0,3
Angola	594	166	0,3	2,7	1,3	0,3	-51,8	-0,7	-72,1	-1,0
Turquia	373	502	0,6	0,7	0,8	1,0	33,7	0,3	34,6	0,3
Índia	379	461	0,5	0,8	0,8	0,9	21,6	0,2	21,7	0,2
Arábia Saudita	312	446	0,8	1,3	0,7	0,9	31,1	0,2	43,0	0,3
Azerbaijão	343	543	0,0	0,8	0,8	1,1	47,0	0,3	58,3	0,4
Argélia	274	214	0,5	1,2	0,6	0,4	-27,2	-0,2	-21,9	-0,1
Coreia do Sul	256	297	0,5	0,5	0,6	0,6	10,3	0,1	16,0	0,1
Cazaquistão	226	346	0,3	1,4	0,5	0,7	16,5	0,1	52,8	0,3
Japão	224	251	0,6	0,4	0,5	0,5	9,9	0,0	12,1	0,1
OPEP ^[4]	1487	1330	5,8	6,8	3,3	2,6	-7,5	-0,3	-10,5	-0,3
EFTA	296	270	1,8	0,6	0,7	0,5	-4,4	0,0	-8,9	-0,1
PALOP	629	209	0,4	2,8	1,4	0,4	-48,3	-0,7	-66,8	-0,9

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2016.

[1] Últimos 12 meses a terminar em setembro de 2017.

[2] $(\text{out } 16\text{-set } 17) / (\text{out } 15\text{-set } 16) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

[4] Inclui Angola.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

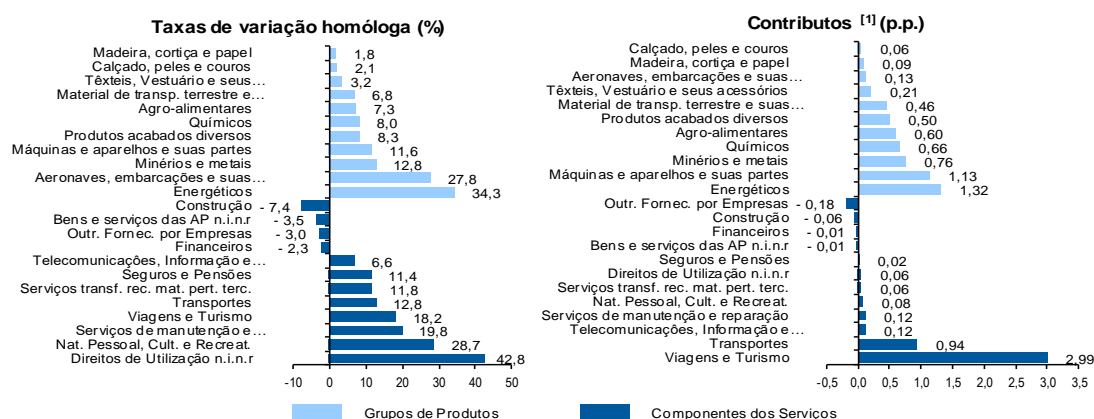
De acordo com os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de setembro de 2017, nos primeiros nove meses de 2017, as exportações de bens e serviços registaram um crescimento de 11,5%, em termos homólogos, com a componente dos bens a contribuir com +6,8 p.p. para o crescimento das exportações totais.

Nos primeiros nove meses de 2017, a componente dos serviços representou 35,7% do total das exportações e contribuiu em +4,7 p.p. para o seu crescimento. Do lado das importações, o peso desta componente foi de 18,1% no total e reforçou em +2,1 p.p. o crescimento das importações totais (13,2%) (Quadro 3.7).

No painel esquerdo da Figura 3.4 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no último ano a terminar em setembro de 2017, com base em dados do INE para as exportações de bens (Grupos de Produtos), e do Banco de Portugal para as exportações de serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das exportações de bens e serviços.

No período em análise, destacou-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (+1,32 p.p.) e das “Máquinas e aparelhos e suas partes” (+1,13 p.p.). Na componente dos serviços, continua a destacar-se os contributos das rubricas de Viagens e Turismo (+2,99 p.p.) e de Transportes (+0,94 p.p.).

Figura 3.4. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes
Último ano a terminar em setembro de 2017



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de Bens e Serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, Banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional de Mercadorias do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: $TVH \times \text{Peso no período homólogo anterior} \div 100$. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (10,0%).

Quadro 3.7. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

Valores em milhões de Euros											
	jan-set		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
	2016	2017	Anual		jan-set		média anual 11-16	12 meses ^[1]		jan-set	
			2011	2016	2016	2017		VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
CRÉDITO (Exportações)											
Bens e Serviços	56 300	62 786	100,0	100,0	100,0	100,0	4,2	10,0	10,0	11,5	11,5
Bens	36 513	40 340	68,7	65,2	64,9	64,3	3,2	9,1	5,9	10,5	6,8
Serviços	19 786	22 446	31,3	34,8	35,1	35,7	6,5	11,9	4,1	13,4	4,7
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	278	318	0,5	0,5	0,5	0,5	3,7	118	0,1	14,5	0,1
Serv. de manutenção e reparação	319	400	0,6	0,6	0,6	0,6	2,8	19,8	0,1	25,4	0,1
Transportes	4 149	4 760	8,1	7,4	7,4	7,6	2,4	12,8	0,9	14,7	1,1
Viagens e Turismo	9 719	11 570	13,2	16,7	17,3	18,4	9,3	16,2	3,0	19,0	3,3
Construção	383	382	0,9	0,7	0,7	0,6	-2,2	-7,4	-0,1	-0,1	0,0
Seguros e Pensões	85	98	0,2	0,2	0,2	0,2	3,6	11,4	0,0	16,2	0,0
Financiários	249	237	0,5	0,4	0,4	0,4	1,6	-2,3	0,0	-5,0	0,0
Direitos de Utilização n.i.n.r.	61	112	0,1	0,1	0,1	0,2	14,2	42,8	0,1	81,5	0,1
Telecom., Informação e Informática	988	1 029	1,3	1,8	1,8	1,6	10,3	6,6	0,1	4,2	0,1
Outr. Fornec. por Empresas	3 306	3 231	5,2	6,0	5,9	5,1	7,4	-3,0	-0,2	-2,3	-0,1
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	56	209	0,4	0,3	0,3	0,3	-1,5	28,7	0,1	33,6	0,1
Bens e serviços das AP n.i.n.r.	92	100	0,3	0,2	0,2	0,2	-7,6	-3,5	0,0	8,3	0,0
DÉBITO (Importações Fob)											
Bens e Serviços	52 602	59 541	100,0	100,0	100,0	100,0	1,1	11,5	11,5	13,2	13,2
Bens	42 972	48 783	83,4	81,7	81,7	81,9	0,7	11,6	9,5	13,5	11,0
Serviços	9 630	10 759	16,6	18,3	18,3	18,1	3,1	10,7	1,9	11,7	2,1
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	19	14	0,0	0,0	0,0	0,0	-0,2	-16,5	0,0	-25,8	0,0
Serv. de manutenção e reparação	238	323	0,3	0,4	0,5	0,5	8,0	22,1	0,1	35,5	0,2
Transportes	2 213	2 636	4,7	4,2	4,2	4,4	-0,9	1,7	0,2	19,1	0,8
Viagens e Turismo	2 880	3 256	4,4	5,4	5,5	5,5	5,3	12,2	0,6	13,1	0,7
Construção	85	65	0,2	0,2	0,2	0,1	-0,9	-21,5	0,0	-23,9	0,0
Seguros e Pensões	262	289	0,4	0,5	0,5	0,5	5,0	9,1	0,0	10,7	0,1
Financiários	351	313	1,0	0,6	0,7	0,5	-7,2	-11,2	-0,1	-11,0	-0,1
Direitos de Utilização n.i.n.r.	531	539	0,6	1,0	1,0	0,9	11,5	6,1	0,1	16	0,0
Telecom., Informação e Informática	814	812	1,2	1,5	1,5	1,4	5,5	2,7	0,0	-0,2	0,0
Outr. Fornec. por Empresas	1 949	2 279	3,0	3,8	3,7	3,8	6,0	14,0	0,5	16,9	0,6
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	191	160	0,4	0,4	0,4	0,3	-9,6	-4,1	0,0	-16,0	-0,1
Bens e serviços das AP n.i.n.r.	98	74	0,1	0,2	0,2	0,1	12,7	-10,5	0,0	-24,7	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

[1] 12 meses até setembro de 2017.

[2] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share: $(TVH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$. Medem a proporção de crescimento das Exportações/Importações atribuída a cada categoria especificada.

Artigos

Em Análise

Comércio internacional de mercadorias de Portugal com Cabo Verde - 2012 a 2016 e 1.º semestre de 2017

Walter Anatole Marques ¹

1. Nota introdutória

São pouco expressivas as exportações de Cabo Verde, centradas que são em produtos do mar, calçado e vestuário. Entre 2000 e 2008 Portugal foi o principal país de destino, tendo passado ao segundo lugar, depois da Espanha, a partir de 2009, exceção feita ao ano de 2015. As importações portuguesas com esta origem resumiram-se a apenas 0,1% dos fornecimentos do conjunto dos países terceiros em 2016 e 1.º semestre de 2017.

Na vertente das importações em Cabo Verde, foi Portugal o primeiro fornecedor entre 2000 e 2016. Neste último ano Cabo Verde ocupou a 11.ª posição nas exportações portuguesas para o espaço extracomunitário, subindo ao 9.º lugar no 1.º semestre de 2017.

Cabo Verde foi em 1996 um dos fundadores da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que tem entre os seus objetivos, no âmbito da cooperação em todos os domínios, o desenvolvimento de parcerias estratégicas e o levantamento de obstáculos ao desenvolvimento do comércio internacional de bens e serviços entre os seus atuais nove membros.

Em 2016 Cabo Verde ocupou a 5.ª posição nas importações de Portugal com origem no conjunto dos seus parceiros na CPLP (0,6%), precedido do Brasil, Angola, Guiné Equatorial e Moçambique, e o 3.º lugar nas exportações portuguesas para esta Comunidade (9,6%), depois de Angola e do Brasil.

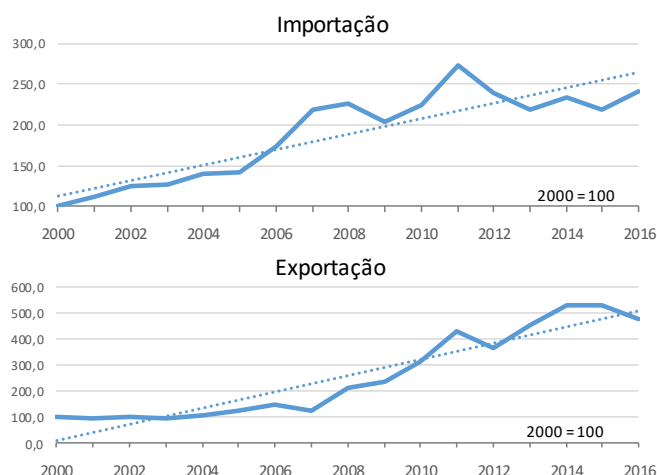
Para além de um breve conjunto de dados sobre o comércio internacional de Cabo Verde face ao mundo, de fonte *Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde*, vai-se neste trabalho analisar, com algum detalhe, a evolução das importações e exportações de mercadorias entre Portugal e Cabo Verde ao longo dos últimos cinco anos (2012 a 2016) e no 1.º semestre de 2017 e semestre homólogo do ano anterior, com base em dados estatísticos divulgados pelo *Instituto Nacional de Estatística de Portugal (INE)*, com última atualização em 9 de outubro de 2017.

2. Alguns dados sobre o comércio externo de Cabo Verde

O ritmo de “crescimento” em valor das importações e das exportações cabo-verdianas desde o início do século, tendencialmente crescente, tem-se rodeado de alguma irregularidade, tendo registado a importação uma quebra em 2012, seguida de alguma desaceleração.

¹ Assessor Principal da Função Pública (AP). As opiniões aqui expressas não coincidem necessariamente com a posição do ME.

Evolução das importações e das exportações em valor (2000=100)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (dados provisórios)

De acordo com dados provisórios divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, em escudos de Cabo Verde aqui convertidos em euros, a Balança Comercial de mercadorias (fob-cif) de Cabo Verde foi deficitária ao longo dos últimos cinco anos, com um saldo negativo da ordem dos -500 milhões de euros.

Balança Comercial de Cabo Verde face ao Mundo - 2012 a 2016 -

	milhares de Euros e %				
	2012	2013	2014	2015	2016
Importação (cif)	595 937	545 967	581 608	544 678	602 042
t.v.h.	-	-8,4	6,5	-6,3	10,5
Exportação (fob)	41 410	52 007	60 716	60 275	54 106
t.v.h.	-	25,6	16,7	-0,7	-10,2
Saldo (fob-cif)	-554 527	-493 959	-520 892	-484 403	-547 936
t.v.h.	-	-10,9	5,5	-7,0	13,1
Cobertura (fob/cif) (%)	6,9	9,5	10,4	11,1	9,0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (dados provisórios)

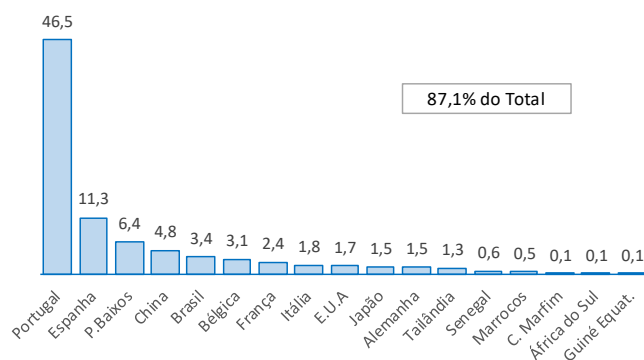
As **importações** aqui consideradas não incluem mercadorias entradas em regime temporário nem as que retornam ao país depois de expedidas em regime temporário (reimportação). Por sua vez, nas **exportações** não se encontram incluídas as mercadorias saídas temporariamente, as mercadorias reexportadas nem as nacionais e nacionalizadas destinadas à navegação nacional.

Em 2016 as importações cresceram +10,5% face ao ano anterior, com as exportações a decrescerem -10,2%, o que conduziu a um aumento do défice de +13,1%, ao situar-se em -548 milhões de euros, com um grau de cobertura das importações pelas exportações de 9%.

Portugal, a principal origem das **importações** de Cabo Verde ao longo do último quinquénio, representou 46,5% das importações cabo-verdianas em 2016.

Entre os restantes fornecedores destacaram-se a Espanha (11,3%), os Países Baixos (6,4%), a China (4,8%), o Brasil (3,4%), a Bélgica (3,1%) e a França (2,4%).

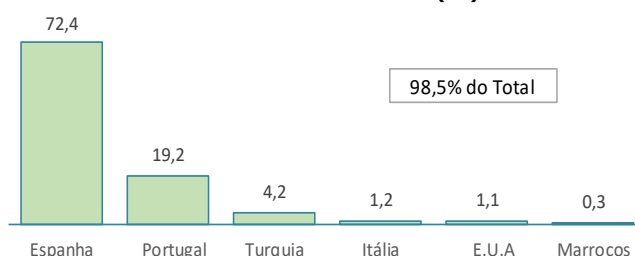
**Peso dos principais mercados de origem das importações
em Cabo Verde em 2016 (%)**



Fonte: Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (dados provisórios)

Entre os mercados de destino, em 2016 a primeira posição foi ocupada pela Espanha (72,4%), seguida de Portugal (19,2%), da Turquia (4,2%), da Itália (1,2%), dos EUA (1,1%) e de Marrocos (0,3%), países que no seu conjunto representaram 98,5% do total das exportações de Cabo Verde nesse ano.

**Peso dos principais mercados de destino das exportações
de Cabo Verde em 2016 (%)**

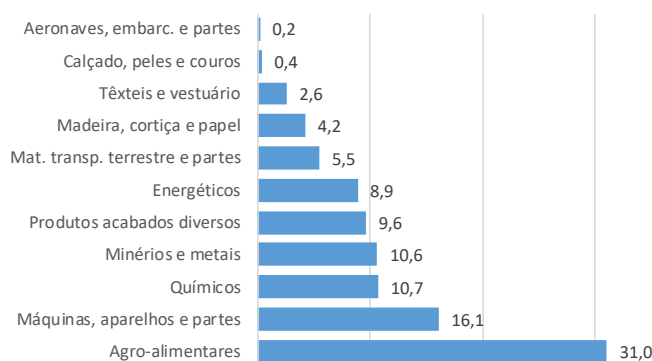


Fonte: Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (dados provisórios)

Por Grupos de Produtos (ver conteúdo por capítulos do Sistema Harmonizado-SH em tabela anexa), destacaram-se em 2016 as **importações** do grupo “Agroalimentares” (31% do total), seguido dos grupos “Máquinas, aparelhos e partes” (16,1%), “Químicos” (10,7%), “Minérios e metais” (10,6%), “Produtos acabados diversos” (9,6%) e “Energéticos” (8,9%).

Com menor expressão alinharam-se depois os grupos “Material de transporte terrestre e partes” (5,5%), “Madeira, cortiça e papel” (4,2%), “Têxteis e vestuário” (2,6%), “Calçado, peles e couros” (0,4%) e “Aeronaves, embarcações e partes” (0,2%).

**Peso dos Grupos de Produtos no total das importações (%)
- 2016 -**

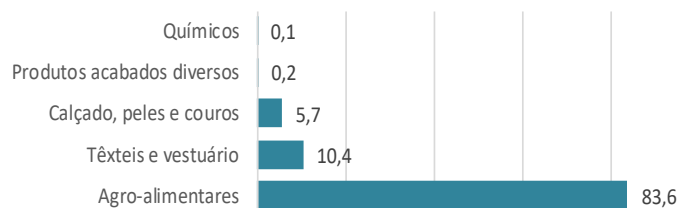


Fonte: Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde.

Na vertente das exportações destacou-se aqui também o grupo “Agroalimentares” (83,6%), essencialmente constituído por peixe, crustáceos, moluscos, e suas preparações.

Seguiram-se os grupos “Têxteis e vestuário” (10,4%), “Calçado, peles e couros” (5,7%), “Produtos acabados diversos”, designadamente brinquedos e jogos, e “Químicos” (0,1%), essencialmente constituído por produtos farmacêuticos.

Peso dos Grupos de Produtos no total das exportações (%) - 2016 -



Fonte: Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde.

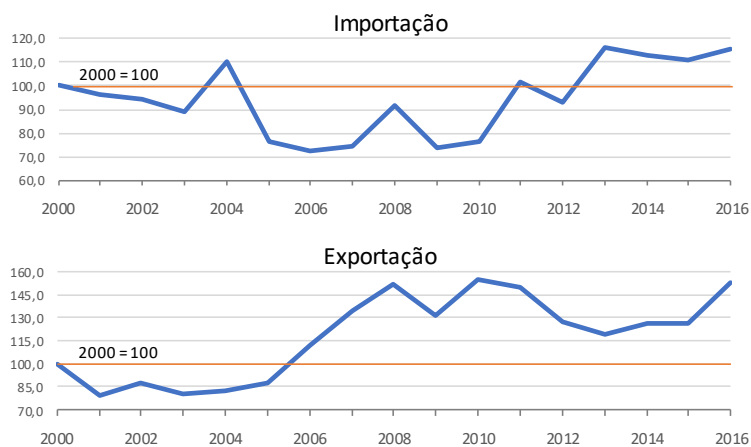
3. Comércio de Portugal com Cabo Verde

A evolução das trocas comerciais de Portugal com Cabo Verde tem-se revestido de alguma irregularidade.

As importações, após uma descida entre 2004 e 2010, recuperaram a partir de então, situando-se desde 2013 num patamar acima do que ocupavam em 2000.

Por sua vez as exportações, que haviam aumentado a partir de 2005, registaram uma quebra entre 2010 e 2013, tornando-se tendencialmente crescentes a partir de então.

Evolução do valor das importações e das exportações de Portugal com Cabo Verde (2000=100)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (dados provisórios)

3.1. Balança Comercial

A Balança Comercial de Portugal com Cabo Verde é amplamente favorável a Portugal, com um saldo positivo de 247,2 milhões de euros em 2016.

No 1.º semestre de 2017 o saldo situou-se em cerca de 130 milhões de euros, com uma taxa de crescimento de +13,3% face ao mesmo período do ano anterior.

Após um crescimento de cerca de +25% em 2013, face ao ano anterior, as importações mantiveram-se até 2016 em torno de um valor de 11 milhões de euros.

No 1.º semestre de 2017 registou-se um acréscimo de +24,6% face ao semestre homólogo do ano anterior.

Por sua vez as exportações, que entre 2012 e 2015 se mantiveram numa faixa entre 200 e 215 milhões de euros, acusaram em 2016 um acréscimo de +20,5%, aproximando-se de 260 milhões de euros.

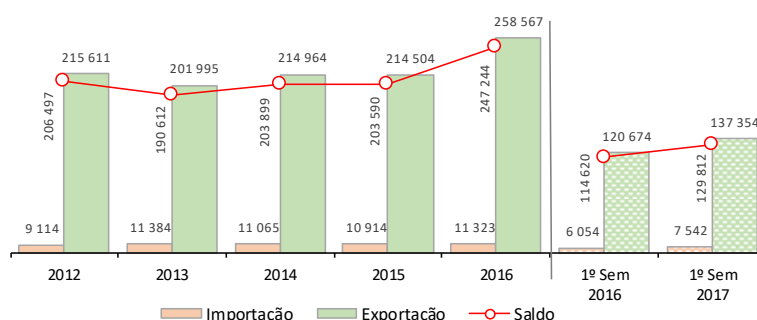
No 1.º semestre de 2017 verificou-se também um aumento face ao semestre homólogo do ano anterior, +13,8%.

Na sequência de um significativo desfasamento entre o valor das importações e das exportações de mercadorias, o grau de cobertura das primeiras pelas segundas é muito elevado.

Balança Comercial de Portugal com Cabo Verde
- 2012 a 2016 e 1º Semestre de 2017 -

milhares de Euros e %

	2012	2013	2014	2015	2016	1º Semestre	
						2016	2017
Importação (Cif)	9 114	11 384	11 065	10 914	11 323	6 054	7 542
TVH	-	24,9	-2,8	-1,4	3,7	-	24,6
Exportação (Fob)	215 611	201 995	214 964	214 504	258 567	120 674	137 354
TVH	-	-6,3	6,4	-0,2	20,5	-	13,8
Saldo (Fob-Cif)	206 497	190 612	203 899	203 590	247 244	114 620	129 812
TVH	-	-7,7	7,0	-0,2	21,4	-	13,3
Cobertura (Fob/Cif) (%)	2 365,8	1 774,5	1 942,8	1 965,5	2 283,6	1 993,5	1 821,1



Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE, com última actualização em 9-10-2017. (<http://www.ine.pt>)

3.2. Importações por grupos de produtos

Ao longo dos últimos cinco anos, as importações portuguesas de mercadorias com origem em Cabo Verde incidiram principalmente nos grupos de produtos “Têxteis e vestuário”, “Calçado, peles e couros”, “Agroalimentares” e “Máquinas, aparelhos e partes”, este último com uma quebra acentuada em 2016.

No 1.º semestre de 2017, face ao semestre homólogo de 2016, verificou-se um acréscimo de +24,6% (+1,5 milhões de euros), que ficou a dever-se a uma recuperação de importações inseridas no grupo “Máquinas, aparelhos e partes” (+1,9 milhões de euros), que haviam registado uma descida significativa em 2016, que englobam partes de guindastes, pontes rolantes, pórticos, “bulldozers”, niveladoras, máquinas de terraplanagem, de nivelamento e semelhantes.

Neste 1.º semestre assistiu-se a descidas em todos os restantes grupos de produtos, à exceção da “Madeira, cortiça e papel” e “Aeronaves, embarcações e partes”, com peso pouco significativo.

Os grupos mais importantes, “Têxteis e vestuário” e “Calçado, peles e couros”, embora com pequenas descidas, mantiveram praticamente os mesmos níveis de valor.

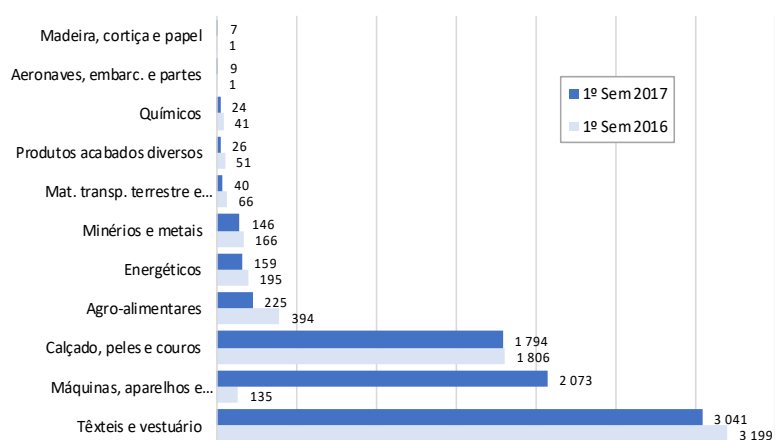
Importações portuguesas de mercadorias com origem em Cabo Verde por Grupos de Produtos

- 2012 a 2016 e 1º Semestre de 2016 e 2017 -

milhares de Euros

Grupos de produtos	2012	2013	2014	2015	2016	1º Semestre	
						2016	2017
TOTAL	9 114	11 384	11 065	10 914	11 323	6 054	7 542
A - Agro-alimentares	1 296	1 670	1 086	510	582	394	225
B - Energéticos	5	6	71	372	275	195	159
C - Químicos	44	98	82	89	81	41	24
D - Madeira, cortiça e papel	27	24	1	4	4	1	7
E - Têxteis e vestuário	1 778	3 310	4 324	4 752	6 117	3 199	3 041
F - Calçado, peles e couros	3 639	3 993	4 255	3 447	3 364	1 806	1 794
G - Minérios e metais	221	288	303	179	477	166	146
H - Máquinas, aparelhos e partes	1 742	1 381	571	1 147	249	135	2 073
I - Mat. transp. terrestre e partes	223	417	108	47	82	66	40
J - Aeronaves, embarc. e partes	3	0	143	48	1	1	9
K - Produtos acabados diversos	136	197	120	318	92	51	26

Importações no 1º Semestre de 2016 e 2017



Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE, com última actualização em 9-10-2017;
2012 a 2015 definitivos, 2016 provisórios, 2017 preliminares (<http://www.ine.pt>).

3.3. Exportações por grupos de produtos

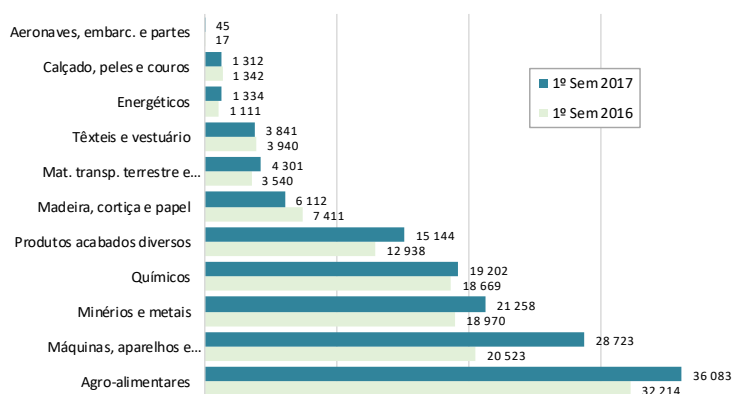
Os grupos de produtos com maior peso nas exportações são “Agroalimentares”, “Máquinas aparelhos e partes”, “Minérios e metais”, “Químicos” e “Produtos acabados diversos”.

Exportações portuguesas de mercadorias com destino a Cabo Verde por Grupos de Produtos

- 2012 a 2016 e 1º Semestre de 2016 e 2017 -

Grupos de produtos	milhares de Euros						1º Semestre	
	2012	2013	2014	2015	2016		2016	2017
TOTAL	215 611	201 995	214 964	214 504	258 567		120 674	137 354
A - Agro-alimentares	59 967	60 549	59 610	60 367	66 666		32 214	36 083
B - Energéticos	4 587	2 168	1 515	1 583	2 109		1 111	1 334
C - Químicos	30 221	29 330	30 381	31 223	36 389		18 669	19 202
D - Madeira, cortiça e papel	11 092	10 528	11 741	10 890	16 107		7 411	6 112
E - Têxteis e vestuário	5 930	5 642	6 634	6 872	8 475		3 940	3 841
F - Calçado, peles e couros	2 281	3 170	2 736	2 473	2 835		1 342	1 312
G - Minérios e metais	33 644	31 955	34 677	34 970	37 810		18 970	21 258
H - Máquinas, aparelhos e partes	40 462	34 287	40 532	39 928	48 671		20 523	28 723
I - Mat. transp. terrestre e partes	6 477	5 389	5 906	6 283	8 170		3 540	4 301
J - Aeronaves, embarc. e partes	563	146	175	358	33		17	45
K - Produtos acabados diversos	20 386	18 831	21 058	19 557	31 300		12 938	15 144

Exportações no 1º Semestre de 2016 e 2017



Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE, com última actualização em 9-10-2017; 2012 a 2015 definitivos, 2016 provisórios, 2017 preliminares (<http://www.ine.pt>).

No 1.º semestre de 2017 as exportações de produtos “*Agroalimentares*” incidiram principalmente em óleos alimentares, como óleo de soja e azeite, em cerveja, vinhos, leite e lacticínios, frutas, preparações de produtos hortícolas e de frutas, preparações à base de cereais e produtos de pastelaria, legumes em grão, carnes, miudezas comestíveis e enchidos, farinhas e outros produtos da moagem.

No grupo “*Máquinas, aparelhos e partes*” destacaram-se, entre as máquinas e aparelhos ditos mecânicos, as exportações de aparelhos para filtrar ou depurar líquidos ou gases, bombas para líquidos, torneiras e válvulas, bombas de ar ou vácuo, refrigeradores e congeladores, computadores, impressoras, aparelhos de ar condicionado, aparelhos diversos para tratamento de matérias por mudança de temperatura e aparelhos de elevação, como elevadores, tapetes rolantes, guindastes e pórticos. Entre as máquinas e aparelhos elétricos sobressaíram os quadros e cabinas, os telefones, os fios e cabos elétricos, os transformadores e conversores, os aparelhos de interrupção, seccionamento, proteção e suas partes, os grupos eletrogéneos, os monitores e os televisores.

No grupo “*Minérios e metais*” de referir o ferro fundido, ferro, aço e suas obras, a pedra, gesso, cal e cimento, o alumínio e suas obras e obras diversas de metais comuns.

No grupo “*Químicos*” exportaram-se principalmente plásticos e suas obras, produtos farmacêuticos, tintas e vernizes, produtos de perfumaria e cosmética, sabões, ceras e velas, e borracha e suas obras, entre outros.

Entre os “*Produtos acabados diversos*” assumiram relevância os aparelhos de ótica, de fotografia, de medida, de precisão e para medicina, o mobiliário, colchões, almofadas e candeeiros, e o vidro e suas obras.

Seguiram-se, por ordem decrescente de valor, os grupos “*Madeira, cortiça e papel*”, “*Material de transporte terrestre e partes*”, “*Têxteis e vestuário*”, “*Energéticos*”, “*Calçado, peles e couros*” e “*Aeronaves, embarcações e partes*”.

ANEXO

Definição do conteúdo dos Grupos de Produtos

Grupos de Produtos	Capºs NC/SH
A- Agro-alimentares	01 a 24
B- Energéticos	27
C- Químicos	28 a 40
D- Madeira, cortiça e papel	44 a 49
E- Têxteis e vestuário	50 a 63, 65 a 67
F- Calçado, peles e couros	41 a 43, 64
G- Minérios e metais	25, 26, 71 a 83
H- Máquinas, aparelhos e partes	84, 85
I- Material de transporte terrestre e partes [1]	86, 87
J- Aeronaves, embarcações e partes [2]	88, 89
K- Produtos acabados diversos	68 a 70, 90 a 99

[1] Veículos automóveis, tractores, ciclos, veículos e material para via férrea.

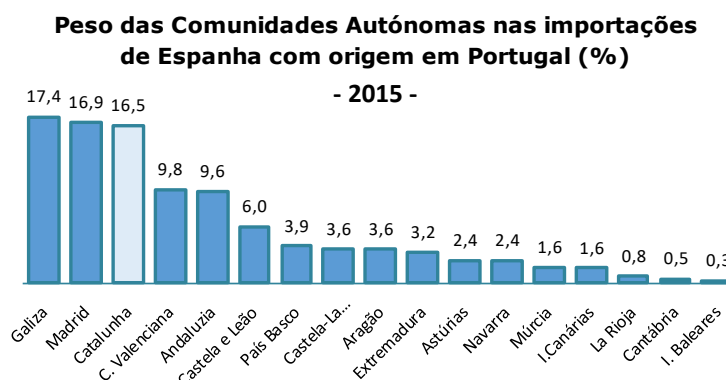
[2] Inclui estruturas flutuantes.

Evolução das importações e exportações de mercadorias entre Portugal e a Catalunha - 2015-2016 e janeiro-agosto 2017

Walter Anatole Marques ¹

1. Nota introdutória

A Espanha, que integra 17 Comunidades Autónomas, é o principal parceiro comercial de Portugal, tendo sido em 2016 o mercado de origem de cerca de 1/3 das nossas importações globais (32,9%) e o destino de mais de 1/4 das exportações (25,9%).

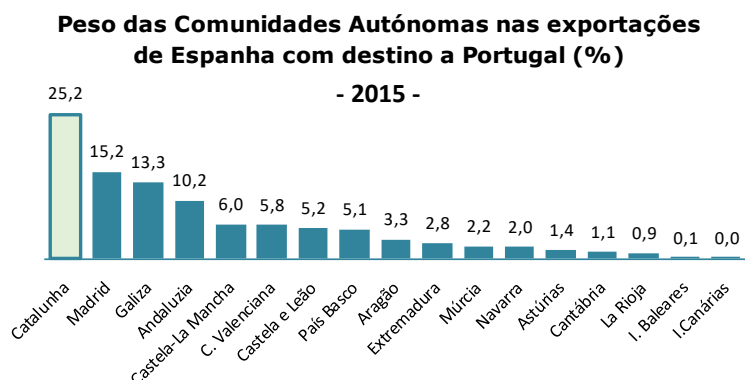


Fonte: A partir de dados de base "ICEX - España Exportación e Inversiones", divulgados pelo AICEP na publicação "Espanha-As Comunidades Autónomas, Julho 2016".

Como se pode ler na publicação do AICEP "Espanha - As Comunidades Autónomas, julho 2016", reproduzindo dados de fonte ICEX (Espanha), a Catalunha ocupou em 2015 a terceira posição entre as principais Comunidades importadoras de mercadorias portuguesas (16,5%), precedida da Galiza (17,4%) e de Madrid (16,9%).

Por sua vez, no mesmo ano a Catalunha ocupou o primeiro lugar entre as Comunidades exportadoras de mercadorias para Portugal (25,2% do Total), a grande distância de Madrid (15,2%), da Galiza (13,3%) e da Andaluzia (10,2%).

¹ Assessor Principal da Função Pública (AP). As opiniões aqui expressas não coincidem necessariamente com a posição do ME.



Fonte: A partir de dados de base "ICEX - España Exportación e Inversiones", divulgados pelo AICEP na publicação "Espanha-As Comunidades Autónomas, Julho 2016".

Pretende-se neste trabalho avaliar a evolução recente das importações e exportações de mercadorias entre Portugal e a Catalunha, com o detalhe possível. Não se dispondo de dados de fonte nacional para o comércio com as Comunidades, vai-se aqui utilizar informação estatística provisória divulgada pelo *Instituto de Estatística da Catalunha (IDESCAT)* para os anos de 2015 e 2016 e período acumulado de janeiro a agosto de 2016 e 2017.

Existe um desfasamento entre os dados do comércio internacional de Portugal com a Espanha (total das Comunidades) quando de fonte *INE* ou de fonte espanhola (*ICEX*, *IDESCAT* e fornecidos pela Espanha ao *EUROSTAT*) que se repercutirá, naturalmente, nas trocas com cada uma das Comunidades.

Assim, por exemplo, os dados de importação de fonte *IDESCAT* para o total de Espanha, depois de feitas as necessárias conversões Cif-Fob, são em 2015 inferiores aos do *INE* em -18,7%, e em -27,9% em 2016. Este comportamento repete-se, mas a níveis inferiores, com os dados disponíveis na base de dados do *EUROSTAT*, -14,8% em 2015 e -20,1% em 2016). As diferenças encontradas na vertente da exportação são de menor amplitude: -6,3% em 2015 e -5,8% em 2016 nos dados de fonte *IDESTAT*, e -5,6% em 2015 e -5,9% em 2016 nos dados *EUROSTAT*).

No caso das importações em Espanha com origem em Portugal, correspondentes às exportações de Portugal com destino a Espanha, onde incidem as maiores diferenças, este desfasamento terá a ver com um tratamento diferente dado pelos dois países na contabilização de mercadorias provenientes de países terceiros entradas em livre prática em Portugal, mas com destino final a Espanha. Em Portugal são contabilizadas, para efeitos estatísticos, como uma importação, seguida de exportação para Espanha, o que será um procedimento correto, mas em Espanha estarão a ser consideradas como uma importação direta a partir do país terceiro de origem. Este desfasamento manter-se-á enquanto não for uniformizado entre os dois países o método de tratamento destas operações, à luz da regulamentação comunitária.

De acordo com os dados disponíveis, no período em análise a Catalunha representou cerca de 28% das importações globais espanholas e 25% das exportações.

2. Balança Comercial da Catalunha

A Balança Comercial da Catalunha é deficitária, com um saldo negativo de cerca de 13 mil milhões de euros em 2015 e 2016 e um grau de cobertura das importações pelas exportações da ordem dos 83%. Nos primeiros oito meses de 2017 o défice situou-se em -3,4 mil milhões de euros, o que correspondeu a uma redução de -60,3% face ao do período homólogo do ano anterior, assente num crescimento das exportações de +8,8% e numa quebra das importações de -2,6%, com o grau de cobertura das importações pelas exportações a subir de 83,5% para 93,3%.

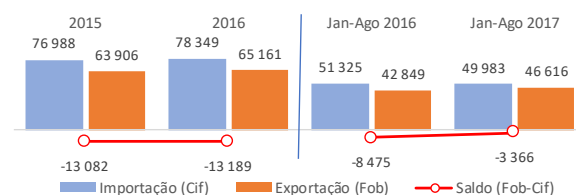
Balança Comercial da Catalunha
- 2015-2016 e Janeiro-Agosto 2016-2017 -
(milhões de Euros)

	2015	2016	Janeiro a Agosto	
			2016	2017
Importação (Cif)	76 988	78 349	51 325	49 983
t.v.h.	-	1,8	-	-2,6
Exportação (Fob)	63 906	65 161	42 849	46 616
t.v.h.	-	2,0	-	8,8
Saldo (Fob-Cif)	-13 082	-13 189	-8 475	-3 366
t.v.h.	-	0,8	-	-60,3
Cobertura (Fob/Cif) [%]	83,0	83,2	83,5	93,3

Por memória:

Peso da Catalunha no total da Espanha (%)

Importação	28,0	28,7	28,8	28,4
Exportação	25,6	25,6	25,7	25,6



Fonte: IDESCAT, a partir de dados do "Departamento de Aduanas e Impuestos Especiales de la Agencia Estatal de Administración Tributaria" - 2016 e 2017 dados provisórios.

3. Balança Comercial de Portugal com a Catalunha

Não se dispendo de dados estatísticos de fonte INE para o comércio entre Portugal e as Comunidades Autónomas de Espanha, vão ser utilizados, para o cálculo da Balança Comercial de Portugal com a Catalunha, dados de fonte "Instituto de Estadística da Catalunha" (IDECAT), obtidos a partir do "Departamento de Aduanas e Impuestos Especiales de la Agencia Estatal de Administración Tributaria", eventualmente subavaliados pelo motivo atrás exposto.

De acordo com estes dados, a Balança Comercial de Portugal com a Catalunha é deficitária. As importações terão decrescido -4,3% em 2016 face ao ano anterior e as exportações -5,3%, com um défice nos dois anos da ordem dos 3 mil milhões de euros e um grau de cobertura das importações pelas exportações de apenas cerca de 35%.

Nos primeiros oito meses de 2017, face ao mesmo período de 2016, as importações aumentaram +6,8%, com as exportações a caírem -4,1%, o que conduziu a um crescimento do défice de +12,9%, com um grau de cobertura das importações pelas exportações de 32%.

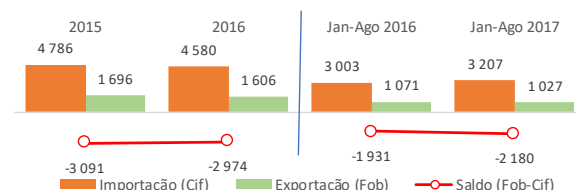
Balança Comercial de Portugal com a Catalunha
- 2015-2016 e Janeiro-Agosto 2016-2017 -
(milhões de Euros)

	2015	2016	Janeiro a Agosto	
			2016	2017
Importação (Cif)	4 786	4 580	3 003	3 207
t.v.h.	-	-4,3	-	6,8
Exportação (Fob)	1 696	1 606	1 071	1 027
t.v.h.	-	-5,3	-	-4,1
Saldo (Fob-Cif)	-3 091	-2 974	-1 931	-2 180
t.v.h.	-	-3,8	-	12,9
Cobertura (Fob/Cif) [%]	35,4	35,1	35,7	32,0

Por memória:

Peso da Catalunha no comércio global de Portugal (%)

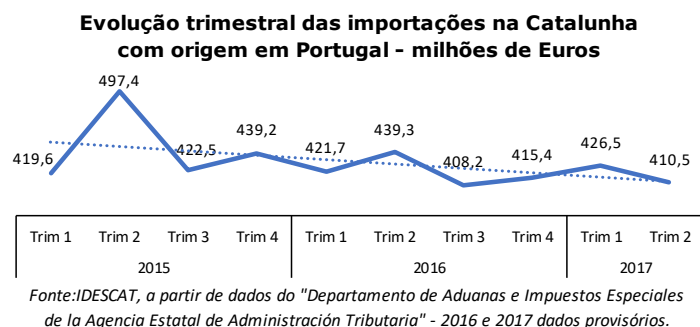
Importação	7,9	7,5	7,6	7,1
Exportação	3,4	3,2	3,3	2,8



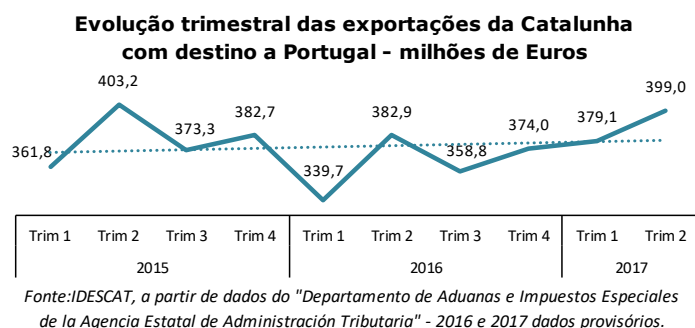
Fontes: IDESCAT, a partir de dados do "Departamento de Aduanas e Impuestos Especiales de la Agencia Estatal de Administración Tributaria" - 2016 e 2017 dados provisórios com conversão Cif-Fob por aplicação do factor 0,9533; INE, para o comércio global de Portugal.

4. Evolução trimestral das trocas entre a Catalunha e Portugal

Numa análise trimestral, verifica-se que as importações na Catalunha com origem em Portugal foram tendencialmente decrescentes ao longo dos trimestres de 2015, de 2016 e nos dois primeiros trimestres de 2017.



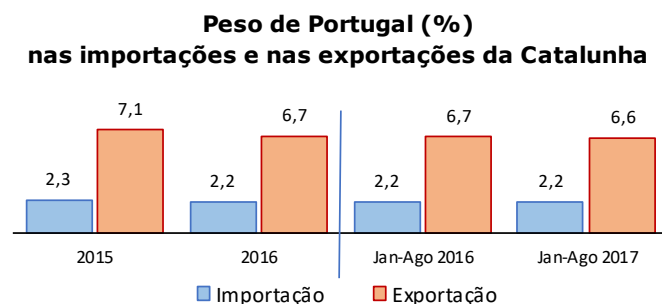
Por sua vez, o comportamento das exportações trimestrais da Catalunha para Portugal, no mesmo período, pode ser considerado, de forma moderada, tendencialmente crescente.



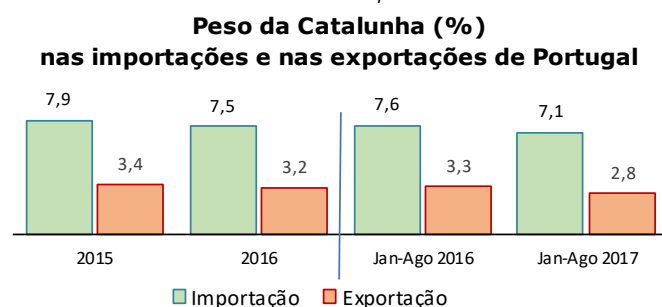
5. Peso de Portugal/Catalunha nas respetivas importações e exportações globais

No período em análise, o peso de Portugal nas importações globais da Comunidade Autónoma da Catalunha situou-se em cerca de 2%, sendo da ordem dos 7% o seu peso na vertente das exportações.

Por sua vez, no mesmo período, o peso da Catalunha nas importações globais de Portugal oscilou entre os 7 e 8%, com as exportações a representarem, em média, um pouco mais de 3% do Total.



Fonte: IDESCAT, a partir de dados do "Departamento de Aduanas e Impuestos Especiales de la Agencia Estatal de Administración Tributaria" - 2016 e 2017 dados provisórios.



Fontes: IDESCAT para as importações e exportações portuguesas com a Catalunha e INE para o comércio global de Portugal com o Mundo.

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
<p>Reunião Conselho ECOFIN</p> <p>07 de novembro de 2017</p>	<p>Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 7 de novembro de 2017 destacam-se os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estatísticas: O Conselho adotou conclusões relativas ao pacote anual de medidas de governação no âmbito do Sistema Europeu de Estatísticas, que têm por objetivo assegurar a qualidade da produção estatística e melhorar a cobertura, a disponibilidade e a pontualidade dos dados, em especial no que respeita às estatísticas referentes ao Procedimento por Défices Excessivos e ao Procedimento relativo aos Desequilíbrios Macroeconómicos. As conclusões adotadas indicam que o Conselho toma nota de novas iniciativas, de onde se destacam os estudos para a divulgação de dados experimentais por parte do Eurostat e o reforço da disponibilidade de indicadores imobiliários. • Orçamento da União Europeia - Relatório do Tribunal de Contas Europeu: O Conselho procedeu a uma troca de impressões acerca dos resultados apresentados no Relatório anual do Tribunal acerca da gestão do orçamento geral da UE de 2016. O Tribunal apresentou uma opinião favorável sobre a fiabilidade das contas da União Europeia e considerou a receita isenta de riscos. O Tribunal considerou que a Comissão tomou medidas para melhorar a sua avaliação do risco e do impacto das correções. Nos últimos anos assistiu-se a uma melhoria constante do nível de erro estimado para os pagamentos efetuados, apontando para 3,1% em 2016 (abaixo dos 3,8% estimados para 2015 e abaixo dos 4,4% para 2014 mas acima do limiar de materialidade de 2%). Apesar de ainda se verificar um nível de erro elevado no que diz respeito aos pagamentos de reembolsos de custo, nomeadamente relativos à “Coesão económica, social e territorial” (4,8%), o Tribunal emitiu uma opinião mais positiva sobre os pagamentos de 2016, tendo consequentemente, e pela primeira vez, alterado a sua opinião de “adversa” para “com reservas”. • Financiamento da luta contra as alterações climáticas: O Conselho alterou as conclusões adotadas a 10 de outubro, com o objetivo de especificar a contribuição dos estados-membros para a ajuda à redução de emissão de gases com efeito estufa nos países em desenvolvimento, no valor de €20.2 mil milhões. Nas conclusões de 10 de outubro, o Conselho tinha reiterado o forte compromisso da UE e dos seus estados-membros relativamente à implementação atempada do Acordo de Paris com a Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030. O Conselho reconheceu que a mobilização coletiva de USD 100 mil milhões por ano até 2020 e sua manutenção até 2025 é uma contribuição importante para motivar a mudança prevista pelo Acordo de Paris. As conclusões realçaram a importância dos instrumentos europeus disponíveis no apoio ao setor privado enquanto fonte de financiamento, bem como o papel relevante dos bancos multilaterais de desenvolvimento e do Fundo Verde para o Clima neste processo. <p>No domínio dos serviços financeiros, destaca-se ainda a adoção pelo COREPER, no dia 15 de novembro, dos compromissos alcançados previamente com o Parlamento Europeu quanto:</p>

Iniciativa	Sumário
	<ul style="list-style-type: none"> à proposta de Diretiva que altera a Diretiva 2014/59/UE no que respeita à posição dos instrumentos de dívida não garantidos na hierarquia da insolvência; à proposta de Regulamento que altera o Regulamento (UE) n.º 575/2013 no que diz respeito às disposições transitórias para reduzir o impacto da introdução da IFRS 9 sobre os fundos próprios e para o tratamento para efeitos dos grandes riscos de determinadas posições em risco do sector público denominadas em moedas nacionais de qualquer estado-membro.
Igualdade remuneratória – Política remuneratória das empresas	Aprovou a proposta de lei que aprova medidas de promoção da igualdade remuneratória entre mulheres e homens por trabalho igual ou de igual valor. O regime criado visa efetivar o princípio do salário igual para trabalho igual ou de igual valor, procurando corrigir a situação de desvantagem generalizada e estrutural das mulheres no mercado de trabalho.
Conselho de Ministros de 2 de novembro	
Programa Internacionalizar – Conselho Estratégico de Internacionalização da Economia – AICEP	Aprovou a criação do Programa Internacionalizar, cujas medidas estão calendarizadas entre os quartos trimestres de 2017 e 2019 e envolvem o contributo de todas as áreas governativas com relevância para a economia, sob coordenação política dos Negócios Estrangeiros. A coordenação técnica do Programa será feita pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), sendo a execução acompanhada pelo Conselho Estratégico de Internacionalização da Economia.
Conselho de Ministros de 9 de novembro	
PAEC – Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC)	Aprovou o Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC), que define uma estratégia para a economia circular até 2020. A presente resolução determina que a supervisão e orientação do PAEC são asseguradas pela CA2 Comissão Interministerial para o Ar, Alterações Climáticas e Economia Circular, e é operacionalizada pelo Grupo de Coordenação para a Economia Circular.
Conselho de Ministros de 23 de novembro	

2. Seleção de Medidas Legislativas

Assunto/Diploma	Descrição
Transposição de Diretivas - Código dos Contratos Públicos Declaração de Retificação n.º 36-A/2017 - Diário da República n.º 209/2017, 2º Suplemento, Série I de 2017-10-30	Retifica o Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, do Planeamento e das Infraestruturas, que procede à nona alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e transpõe as Diretivas n.ºs 2014/23/UE, 2014/24/UE e 2014/25/UE, todas do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014 e a Diretiva n.º 2014/55/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 168, 2.º suplemento, de 31 de agosto de 2017.
Certificados de Aforro Portaria n.º 329-A/2017 - Diário da República n.º 209/2017, 1º Suplemento, Série I de 2017-10-30	Cria uma nova série de certificados de aforro, designada «Série E».
Plano Nacional para a Promoção de Biorrefinarias Resolução do Conselho de Ministros n.º 163/2017 - Diário da República n.º 210/2017, Série I de 2017-10-31	Aprova o Plano Nacional para a Promoção de Biorrefinarias.
Reposição de Competitividade e Capacidades Produtivas Decreto-Lei n.º 135-B/2017 - Diário da República n.º 212/2017, 2º Suplemento, Série I de 2017-11-03	Aprova o Sistema de Apoio à Reposição da Competitividade e Capacidades Produtivas, com o objetivo de recuperação dos ativos empresariais afetados pelos incêndios ocorridos no dia 15 de outubro de 2017 nas regiões Centro e Norte.
Regime Jurídico da Ourivesaria e das Contrastarias	Regulamenta o Novo Regime Jurídico da Ourivesaria e das Contrastarias, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 120/2017, de 15

Assunto/Diploma	Descrição
Portaria n.º 333-B/2017 - Diário da República n.º 212/2017, 2º Suplemento, Série I de 2017-11-03	de setembro.
Programa Valorizar – Empresas do Turismo Despacho Normativo n.º 19/2017 - Diário da República n.º 214/2017, Série II de 2017-11-07	Determina a Alteração ao Programa Valorizar.
Sistemas de Incentivos do QREN – Regulamento de Gestão dos Reembolsos de QREN Portaria n.º 340/2017 - Diário da República n.º 215/2017, Série I de 2017-11-08	Primeira alteração ao Regulamento de Gestão dos Reembolsos dos Sistemas de Incentivos do QREN, aprovado no anexo à Portaria n.º 263/2014, de 16 de dezembro.
Comunicação de início de atividade – Lei de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais Deliberação n.º 988/2017 - Diário da República n.º 216/2017, Série II de 2017-11-09	Lei de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo - Procedimentos atinentes ao cumprimento da obrigação de proceder à comunicação de início de atividade e das transações imobiliárias efectuadas.
Transporte Coletivo de Superfície de passageiros na Cidade de Lisboa Lei n.º 107/2017 - Diário da República n.º 217/2017, Série I de 2017-11-10	Altera, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 86-D/2016, de 30 de dezembro, que atribui ao município de Lisboa a assunção plena das atribuições e competências legais no que respeita ao serviço público de transporte coletivo de superfície de passageiros na cidade de Lisboa, transfere a posição contratual detida pelo Estado no Contrato de Concessão de Serviço Público celebrado com a Carris, e transmite a totalidade das ações representativas do capital social da Carris do Estado para o município de Lisboa.
Orgânica do XXI Governo Constitucional Decreto-Lei n.º 138/2017 - Diário da República n.º 217/2017, Série I de 2017-11-10	Altera a Lei Orgânica do XXI Governo Constitucional.
Certificação de incubadoras - Empreendedorismo e inovação em Portugal Portaria n.º 344/2017 - Diário da República n.º 218/2017, Série I de 2017-11-13	Define, de acordo com o previsto na alínea c) do n.º 2 do artigo 60.º e no n.º 4 do artigo 89.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, alterada pelas Leis n.os 29/2012, de 9 de agosto, 56/2015, de 23 de junho, 63/2015, de 30 de junho, 59/2017, de 31 de julho, e 102/2017, de 28 de agosto, o regime de certificação aí previsto de incubadoras com vista ao acolhimento de estrangeiros empreendedores que pretendam desenvolver um projeto de empreendedorismo e/ou inovação em Portugal.
Sistema Elétrico Nacional – Tarifas de fornecimento de eletricidade e gás natural Portaria n.º 348/2017 - Diário da República n.º 219/2017, Série I de 2017-11-14	Estabelece o regime equiparado ao das tarifas transitórias ou reguladas de que podem beneficiar os clientes finais com contrato de fornecimento de eletricidade com um comercializador em regime de mercado, nos termos do Decreto-Lei n.º 75/2012, de 26 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 15/2015, de 30 de janeiro, e pela Lei n.º 105/2017, de 30 de agosto de 2017.
Fundo para o Serviço Público de Transportes Portaria n.º 359-A/2017 - Diário da República n.º 223/2017, 1º Suplemento, Série I de 2017-11-20	Procede à criação e regulamentação do Fundo para o Serviço Público de Transportes, que se destina a auxiliar o financiamento das autoridades de transportes.
Competitividade e Internacionalização Portaria n.º 360-A/2017 - Diário da República n.º 226/2017, 1º Suplemento, Série I de 2017-11-23	Quinta alteração do Regulamento Específico do Domínio da Competitividade e Internacionalização, aprovado pela Portaria n.º 57-A/2015, de 27 de fevereiro.
Estratégia Industrial para as Energias Renováveis – Cluster Industrial Exportador Resolução do Conselho de Ministros n.º 174/2017 - Diário da República n.º 227/2017, Série I de 2017-11-24	Aprova a Estratégia Industrial e o Plano de Ação para as Energias Renováveis Oceânicas.
Estratégia para o Aumento da Competitividade dos Portos Comerciais – Horizonte 2026 – Crescimento da Economia Resolução do Conselho de Ministros n.º 175/2017 - Diário da República n.º 227/2017, Série I de 2017-11-24	Aprova a Estratégia para o Aumento da Competitividade da Rede de Portos Comerciais do Continente - Horizonte 2026.
Programa Interface – Inovação e Tecnologia Despacho n.º 10252/2017 - Diário da República n.º 227/2017, Série II de 2017-11-24	Reconhece como Centros Interface as entidades constantes no presente Despacho.
Reposição da Competitividade e Capacidades	Retifica o Decreto-Lei n.º 135-B/2017, de 3 de novembro, do Planeamento e das Infraestruturas que aprova o Sistema de

Assunto/Diploma	Descrição
Produtivas Declaração de Retificação n.º 41/2017 - Diário da República n.º 228/2017, Série I de 2017-11-27	Apoio à Reposição da Competitividade e Capacidades Produtivas, com o objetivo de recuperação dos ativos empresariais afetados pelos incêndios ocorridos no dia 15 de outubro de 2017 nas regiões Centro e Norte, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 212, 2.º suplemento, de 3 de novembro de 2017.

Lista de Acrónimos

Lista de Acrónimos

Siglas	Descrição	Siglas	Descrição
ACAP	Associação do Comércio Automóvel de Portugal	IUC	Imposto Único de Circulação
ADSE	Direção-geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública	IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
AL	Administração Local	MC	<i>Ministry of Commerce of China</i>
AR	Administração Regional	Michigan	Universidade de Michigan
BCE	Banco Central Europeu	NBSC	<i>National Bureau of Statistics of China</i>
BEA	<i>Bureau of Economic Analysis</i>	OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
BGFRS	<i>Board of Governors of the Federal Reserve System</i>	OE	Orçamento do Estado
BLS	<i>Bureau of Labour Statistic</i>	ONS	Instituto Nacional de Estatística do Reino Unido
BP	Banco de Portugal	OT	Obrigações do Tesouro
BT	Bilhetes do Tesouro	PIB	Produto Interno Bruto
BVL	Bolsa de Valores de Lisboa e Porto	SDDS	<i>Special Data Dissemination Standard</i>
CE	Comissão Europeia	SFA	Serviços e Fundos Autónomos
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo	SNS	Serviço Nacional de Saúde
CGA	Caixa Geral de Aposentações	SS	Segurança Social
CMM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	UE	União Europeia
COGJ	<i>Cabinet Office Government of Japan</i>	VAB	Valor Acrescentado Bruto
DGEG	Direção-geral de Energia e Geologia	Yahoo	<i>Finance Yahoo</i>
DGO	Direção-geral do Orçamento		
DGT	Direção-geral do Tesouro		
EPA	<i>Economic Planning Agency</i>		
Eurostat	Instituto de Estatística da UE		
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo		
FMI	Fundo Monetário Internacional		
FSO	Instituto Nacional de Estatística da Alemanha		
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia		
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças		
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional		
IGCP	Instituto de Gestão do Crédito Público		
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social		
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		
INE	Instituto Nacional de Estatística		
INSEE	Instituto Nacional de Estatística da França		
IPC	Índice de Preços no Consumidor		
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas		
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares		
IS	Imposto do Selo		
ISM	<i>Institute for Supply Management</i>		
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos		
ISTAT	Instituto Nacional de Estatística da Itália		
ISV	Imposto sobre Veículos		

Siglas	Unidades
%	Porcentagem
p.p.	Pontos percentuais
p.b.	Pontos base
EUR/USD	Dólar americano por euros
EUR/GBP	Libra esterlina por euros
MM3	Médias móveis de três termos
SRE	Saldo de respostas extremas
VA	Valores acumulados
VC	Variação em cadeia
VCS	Valor corrigido de sazonalidade
VE	Valor efetivo
VH	Variação homóloga
VHA	Variação homóloga acumulada
VITA	Variação intertabelas anualizada. Refere-se a Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho publicados desde o início do ano até ao mês em referência e com início de eficácia no respetivo ano

Notas Gerais

Unidade – unidade/medida em que a série se encontra expressa.

: representa valor não disponível.

- não se aplica.